



safe+secure

Manual Seguro + Protegido

Desenvolvido em nome do Documentary Funders Network, pelo DOC SOCIETY
Viabilizado pela Ford Foundation

Chegar ao cerne das histórias fazendo as perguntas realmente difíceis e indo aonde ninguém quer ir. Isso é o que um documentário faz de melhor. Este manual Seguro + Protegido foi feito para ajudar o cineasta a “chegar lá” – e voltar – e a levar suas histórias ao público da maneira mais segura possível.

A rede “Documentary Funders” por trás dessa iniciativa quer ajudar o cineasta a evitar perigos desnecessários, minimizar possíveis riscos e ter um plano de emergência para o resto. Como apoiadores de grandes documentários, nos baseamos no que vários dos melhores cineastas independentes nos disseram que queriam ter feito de forma diferente.

Também trabalhamos com os mais inteligentes jornalistas e profissionais de Direito. Todo crédito vai para aqueles que compartilharam sua experiência e sabedoria conosco, eles estão relacionados [aqui](#).



Sumário

Introdução

Seção 1. Segurança Digital

Sua comunicação e seus materiais estão seguros?

- 1.1 Avalie o seu Risco Digital
 - 1.2 Necessidades do Projeto
 - 1.3 Riscos de Perfis Online
 - 1.4 Experiência e Treinamento
 - 1.5 Recursos de Segurança Digital
-

Seção 2. Responsabilidade Jornalística

Você está sendo preciso, justo e está protegido?

- 2.1 Diretrizes Jornalísticas
 - 2.1 Colaborações Jornalísticas
 - 2.3 Proteções Jornalísticas
 - 2.4 Filmagem Escondida
 - 2.5 Recursos de Responsabilidade Jornalística
-

Seção 3. Segurança Jurídica

Você está sendo assessorado e protegido adequadamente?

- 3.1 Encontrando Um Advogado Em Quem Você Possa Confiar - Dicas
- 3.2 Jurídico e Compliance Global (incluindo Reino Unido e Estados Unidos)
- 3.3 Garantindo Direitos Legais
- 3.4 Responsabilidades da Mídia/Seguro de “Erros e Omissões” (E&O)
- 3.5 Jurídico e Compliance – Índia
- 3.6 Jurídico e Compliance – Brasil
- 3.7 Recursos de Segurança Jurídica
- 3.8 Recursos de Treinamento Jurídico para Cineastas

Seção 4. Locações de Alto Risco

Sua integridade física está otimizada?

- 4.1 Treinamento
- 4.2 Perfil dos Riscos
- 4.3 Freelancers Fixos e Contratados no Local
- 4.4 Protegendo Material Bruto e Documentos
- 4.5 Equipamento de Proteção Pessoal
- 4.6 Riscos de Viagem e Acomodação
- 4.7 Riscos Médicos
- 4.8 Seguro da Produção
- 4.9 Planejamento da Comunicação
- 4.10 Recursos das Locações de Alto Risco

Seção 5. Segurança de Pessoal

Você e a sua equipe estão cientes dos riscos e responsabilidades de seus papéis?

- 5.1 Quais são suas responsabilidades?
- 5.2 O que é consentimento?
- 5.3 Recursos da Segurança de Pessoal

Seção 6. Riscos das Relações Públicas

Você está pronto para defender seu trabalho diante do olhar do público?

- 6.1 Planejamento das Relações Públicas e Gerenciamento de Crise
- 6.2 Recursos da Segurança das Relações Públicas

Seção 7. O Que Vem Depois?

Revedo suas necessidades e identificando treinamento

- 7.1 Checklists!
- 7.2 Treinamentos Recomendados

Reconhecimentos e Créditos

Obrigado a todos que contribuíram até agora

Introdução

O Manual Seguro + Protegido é o que acompanha o **Protocolo Seguro + Protegido** – um checklist de ponta que equipes de filmagem podem folhear juntas – e com seus financiadores e parceiros – e garante que as perguntas mais importantes sejam feitas e que, caso haja necessidade de mais treinamento ou preparação, isso seja identificado.

Questionar e confrontar um governo, uma instituição ou um indivíduo poderoso pode acarretar todo tipo de risco. Por isso, é fundamental que organizações que patrocinam esses filmes aceitem sua responsabilidade ética e legal para garantir que os cineastas tenham as ferramentas necessárias para conseguirem proteger seus contribuintes, suas fontes e eles mesmos de danos físicos, legais e morais. É uma falácia acreditar que documentar tal estrutura e trabalhar em colaboração com cineastas para atenuar esses riscos expõe os financiadores a um perigo maior. Financiadores que se envolvem e trabalham ao lado dos cineastas têm um entendimento maior dos riscos e como diminuí-los, e também ficam mais informados e melhor preparados caso surja algum problema no futuro. Esse nível de envolvimento pode diminuir o aparecimento de casos de litígio caros e demorados contra o cineasta e seus financiadores, assegura uma abordagem mais coesa em relação ao controle de riscos e evita danos e prejuízos mais graves. A ignorância não é uma defesa, e não se preocupar com essas questões na esperança de que os problemas não surjam é perigoso e imprudente. Nós somos uma força que não pode ser subestimada se nos unirmos como financiadores, cineastas e sócio.

Em que esse Manual pode ajudar o cineasta?

- + Zelar melhor pela sua segurança e de sua equipe;
- + Contar uma história sem ser processado por isso;
- + Contratar segurança jurídica mais cedo, o que ajuda a manter os custos com assessoria mais baixo;
- + Melhorar as chances de ter um seguro de Erros&Omissões razoável;
- + Ter o treinamento que você precisa e merece;
- + Conseguir patrocínio adicional para investir na segurança necessária;
- + Ter um time maior de financiadores e parceiros ao seu lado compartilhando os riscos e cuidando de você.

Ajude-se...

Este manual também contém recursos e checklists para fazer download, provenientes das melhores organizações dessa área, para os cineastas e sua equipe usarem e revisitarem em qualquer estágio da produção.

Você pode usá-las, mas, por favor, avalie se compartilhá-las digital ou fisicamente pode comprometer sua segurança, dos participantes ou de sua equipe. Mais sobre esse assunto abaixo.

É melhor assumir que qualquer documento escrito ligado a um projeto pode ser usado como prova contra ele. Se um processo é aberto contra um filme, tal documento pode ser considerado como evidência e terá que ser compartilhado com o outro lado (isso também se aplica a “propostas”, e-mails e outros tipos de correspondência, computadores, teasers, cópias e material de comunicação do filme). Materiais detectáveis podem ser utilizados para fundamentar que um projeto não foi conduzido de maneira correta e ponderada caso a linguagem usada nesses documentos seja prejudicial e informal. Atenha-se a uma linguagem neutra, factual e não pejorativa.

... E, Por Favor, Compartilhe Seus Erros de Incompetência

Atul Gawande, um cirurgião que foi pioneiro em novos procedimentos de segurança em teatros (e escreveu o [Manifesto da Checklist](#) sobre redução de riscos), faz uma distinção entre erros de ignorância (deslizes cometidos por falta de conhecimento) e erros de incompetência (deslizes cometidos por não aplicarmos bem o que sabemos).

Sempre haverá muita coisa que não saberemos sobre a produção de um documentário. Admiramos muito os cineastas independentes porque eles são capazes de, diante de incertezas, assumir riscos criativos, financeiros e pessoais para trazer à tona histórias que eles acreditam que devem ser contadas. Nessa jornada, vários erros de ignorância serão cometidos e não haverá maneira de evitá-los. Assim como na vida. Mas vamos trabalhar juntos, compartilhar o que sabemos e ajudar a reduzir os erros de incompetência uns dos outros.

Sendo assim, esperamos que vocês compartilhem conosco o que apreenderam para que possamos continuar melhorando este [manual](#) e o [protocolo Seguro + Protegido](#).

Por favor, enviem-nos um e-mail a qualquer momento: contribute@safeandsecure.film

Seção 1.

Segurança Digital

É possível fazer um filme sem ir a lugar algum, mas é bem difícil fazê-lo sem comunicar a ninguém. Para fazer seu filme, você vai ter que se organizar com sua equipe e com consultores, fornecedores, fontes, patrocinadores, festivais etc. E, a menos que você opte por ter sua comunicação toda supervisionada, você vai precisar de um plano de segurança digital. Por isso, colocamos esta seção antes de tudo, para começarmos a investigar se seus meios de comunicação estão suficientemente seguros para proteger você, os participantes do filme, sua equipe, e assegurar que seu importante trabalho consiga alcançar o público e ter a influência que merece.

Para resumir, a segurança digital afeta a todos e só vai tornar-se uma preocupação se muitos governos criarem novas legislações garantindo-lhes um poder maior. Este é o melhor momento para se aprender sobre os riscos a que todos nós estamos expostos e como proteger você, seu filme, os participantes dele e colegas de trabalho. Perigo físico é frequentemente contingente na segurança digital.

Perceba que você pode não pensar que deve proteger sua comunicação no início de um projeto, mas isso pode tornar-se necessário com o passar do tempo, então é aconselhável pensar adiante e planejar sua privacidade sempre que possível.

Também é importante notar que a tecnologia está em constante transformação e sob risco de ser comprometida, então você deve estar atualizado sobre as mais novas ferramentas e o que não é mais seguro. Uma informação que foi recebida no ano passado em um espaço digital seguro pode não ser mais aplicável hoje em dia. É também crítico conhecer que tipos de softwares e aplicativos são ilegais em certos países, pois a instalação destes no computador pode, mais tarde, levar à prisão. Não existe uma fonte única para checar as regulações, é preciso verificar país por país em fontes locais confiáveis.

A seção a seguir foi extraída, em grande parte, de guias e conselhos da Freedom of Press Foundation, Committee to Protect Journalists, Rory Peck Trust e Tactical Technology. Os links para as buscas estão inclusos no final deste e de todos os capítulos.

1.1 Avalie Seu Risco Digital

Primeiramente, examine o que você está tentando alcançar com seu filme e o que você precisará proteger especificamente (por exemplo, dados confidenciais, identidade das fontes, locações, copióes etc.) e a extensão das suscetibilidades envolvidas.

Tire um tempo para pensar, junto com sua equipe, sobre os desafios de segurança digital que vocês podem enfrentar durante o projeto e como vocês vão se comunicar e compartilhar os materiais entre a equipe de forma segura.

Como recomendado pela Freedom of Press Foundation, descubra o que seria uma ameaça virtual para seu projeto avaliando quem são seus potenciais adversários, o que eles estariam interessados em retirar de você e o que aconteceria caso conseguissem. Tente fazer essas perguntas para você mesmo – e para outros que trabalham com você:

- + WQue pessoas ou organizações seriam prováveis interessadas nesse projeto?
- + Quanto dinheiro, tempo e que aptidões eles têm para se dedicar em acabar com seu projeto?
- + O que eles provavelmente iriam querer de nós (por exemplo, dinheiro, informações incriminatórias, acesso a meus amigos e outros contatos confiáveis)?
- + O que aconteceria comigo se eles conseguissem fazer tudo isso?

A partir daí, observe como você normalmente se comunica e tente descobrir onde seus processos estão vulneráveis para essas ameaças específicas e como você mitigaria esse problema.

Perceba onde poderia haver brechas de segurança – sem esquecer situações como trabalhar em *lan houses* ou em computadores de empresas, hotéis e aeroportos, comunicar informação em redes sociais ou falar em uma linha de telefones que não seja segura (pois pode ser que esteja “grampeada”). E lembre-se que todos que participam do projeto devem aderir ao mesmo, e previamente definido, protocolo de segurança digital. Seu protocolo é tão forte quanto seu elo mais fraco.

É importante considerar ameaças que podem ocorrer no processo de tentar proteger a informação em países onde você vai filmar ou reunir as informações. Também considere ameaças que podem ocorrer no processo de tentar proteger a comunicação. E, claro, pessoas são geralmente os maiores riscos em relação a vazamento de informação. É sempre bom ficar atento a como você se comunica com outros pessoalmente e se eles realmente precisam saber daquela informação.

Seja na pré-produção, durante a produção ou na pós-produção, examine toda regulamentação local específica ou contextos operacionais que você possa enfrentar. Dependendo do país onde você for trabalhar, o uso de mensagens criptografadas ou de uma ferramenta de segurança digital pode ser contra a lei, portanto você precisará lidar com a segurança digital de outra maneira.

Recomendamos recursos de avaliação de riscos digitais que você pode usar da Rory Peck Trust, Freedom of the Press Foundation e Tactical Technology nos “Recursos” ao final desta seção.

Pontos de Discussão Sugeridos:

Estas perguntas foram feitas para provocar uma conversa entre a equipe sobre os riscos que a sua produção pode enfrentar. Elas não são exclusivas e sabe-se que cada projeto tem seus problemas particulares que precisarão de discussão.

Você consegue prever alguma razão pela qual você pode ser vigiado pelo governo nacional ou internacional, pelo poder judiciário, hackers ou corporações?

Se sim, por quê?

O que você está tentando proteger especificamente? Por exemplo: dados confidenciais, identidade de fontes, locações, copiões etc?

Quem estaria interessado em acessar suas informações e por quê? Eles cometeram um crime ou estão envolvidos em corrupção, cometem infrações aos Direitos Humanos ou a informação seria prejudicial ou constrangedora de alguma forma para eles?

Que métodos eles poderiam usar para conseguir a informação? Eles poderiam acessar seu provedor de internet ou de celular, hackear seu aparelho, confiscar seus equipamentos, conseguir um mandado judicial etc.? Eles conseguiriam acessar aparelhos de suas fontes ou da sua equipe?

O que aconteceria se eles conseguissem acessar suas informações?

Você, suas fontes, seu motorista, seu tradutor (ou outros) poderiam ser presos? As filmagens poderiam ser interrompidas, ou informações confidenciais poderiam ser usadas contra outros?

Quais são as regulamentações locais sobre software protegido?

É ilegal usar mensagens criptografadas? É necessário ter autorização para usar equipamentos como telefones via satélite?

De acordo com suas respostas para essas perguntas, você precisa fazer uma avaliação de riscos desse projeto?

Há vários recursos disponíveis para avaliação de riscos e modelo de ameaças de organizações como a Rory Peck Trust e a Electronic Frontier Foundation – por favor, vá ao final desta seção para recomendações

1.2 Minimize Seus Riscos Digitais

Claro que cada projeto de filme documentário tem suas próprias necessidades quando se trata de segurança e proteção e é preciso considerar exatamente que passos você e sua equipe devem tomar para minimizar os riscos de segurança digital identificados. Se houver riscos de você estar sendo vigiado:

- + Você vai precisar evitar que seu celular ou seu telefone via satélite sejam rastreados – considere usar um celular descartável (ou seja, um telefone sem dados pessoais que possam ligá-lo a você, com um SIM anônimo – se possível, isso não é legal em todos os países – e que você usará em uma viagem ou período específico);
- + Apesar de cadernos de papel serem digitalmente seguros, eles não podem ser criptografados e podem ser confiscados ou roubados, então leve isso em consideração, principalmente quando estiver nas locações;

- + Gerenciadores de senhas podem criar senhas muito difíceis de descobrir. O 1Password é um software recomendado ([leia este guia da Freedom of Press Foundation](#) sobre como melhorar suas senhas). Nunca use a senha padrão ou que já vem de fábrica (geralmente 0000 ou 1234) em nenhum dispositivo ou serviço.

Materiais confidenciais precisam ser compartilhados da forma mais eficiente e rápida. O meio mais usado é a tecnologia, mas é importante conhecer formas de como comunicar certas informações se você não quiser que elas sejam compartilhadas por mais ninguém. Também pense em como você vai gravar e salvar a informação das suas filmagens – você vai viajar com a filmagem por lugares que possam comprometê-la? É importante dar um passo atrás como cineasta e verificar se algum elemento da sua história precisa de proteção.

Caso seu projeto precise, há um grande número de ferramentas de criptografia que podem ser utilizadas para proteger aspectos do seu trabalho, tornando-os ilegíveis, exceto para pessoas que saibam como descriptografá-los, como:

- + Usar um meio de comunicação criptografado, como o [Signal](#), m aplicativo de mensagens seguras de celular (e plug-ins do Chrome); um e-mail criptografado, como o [ProtonMail](#) ou uma comunicação criptografada como a [One Time Secret](#) ((disponível em vários idiomas). Observe que pesquisadores encontraram uma vulnerabilidade no e-mail criptografado PGP em maio de 2018. Especialistas em segurança digital recomendam desabilitar temporariamente os plug-ins do PGP por enquanto. Veja o manual do [Electronic Frontier Foundation](#). de como fazer isso aqui;
- + Compartilhar arquivos confidenciais criptografados com senhas protegidas usando o [SpiderOak ShareRooms](#) ou o [VeraCrypt](#), um software de criptografia;
- + Usar o [Secure Drop](#) da Freedom of Press Foundation, para trocar arquivos entre membros da equipe, fontes ou com os participantes do filme;
- + Implementar um browser seguro, como o [TOR](#) ou outros recomendados [neste artigo](#).

Você também deve pensar se seu projeto precisa de uma tecnologia segura, como usar um notebook vazio quando em campo ou um celular descartável, um celular pré-pago comprado para um propósito específico e pago em dinheiro, ou seja, que não é possível de ser rastreado.

Há vários recursos excelentes ao final desta seção, inclusive o [Guia de Segurança da Informação para Jornalistas, de 2016](#). do Center of Investigative Journalism.

Considere com cuidado quais são as necessidades de segurança digital do seu projeto e identifique as ferramentas que sua equipe precisa para trabalhar com segurança.

Pontos de Discussão Sugeridos:

Estas perguntas foram feitas para provocar uma conversa entre a equipe sobre os riscos que a sua produção pode enfrentar. Elas não são exclusivas e sabe-se que cada projeto tem seus problemas particulares que precisarão de discussão.

Você, suas fontes e sua equipe de suporte local (por exemplo, quebra-galhos, tradutores, motoristas) precisarão utilizar meios de comunicação criptografados como parte do processo de filmagem?

Você ou membros da sua equipe precisarão trocar de telefone para evitar que sejam vigiados?
Se esse for o caso, como você vai se proteger?

Você precisará proteger seus documentos na locação e em casa??

E caso precise, por quanto tempo?

Você precisará criptografar os copióes nas locações? Você vai viajar?

Você precisará criptografá-los no estúdio de edição?

1.3 Riscos De Perfis Online

É crucial fazer uma avaliação da presença online da sua equipe e do seu projeto em termos de mecanismos de busca como Google, Yahoo, Bing e outros, assim como avaliar quaisquer riscos que seus perfis em redes sociais possam apresentar – como, por exemplo, no Facebook, LinkedIn, Instagram, Twitter e qualquer outra rede pessoal ou profissional.

Pontos de Discussão Sugeridos:

Algum resultado de busca coloca você ou o filme em risco?

Quais resultados de busca podem colocá-lo em risco na próxima etapa do projeto? Você tem controle sobre eles?

Alguma de suas redes sociais pode colocar você ou o filme em risco?

redes sociais de sua equipe prejudicam seu projeto de alguma forma? Seria bom pedir para que mudassem algo em seus perfis?

Você ou alguém da sua equipe têm algum de seus trabalhos anteriores acessível ou listado online?

Isso é um risco significativo para o projeto?

Você e sua equipe deveriam usar, nas locações, nomes diferentes dos usados online para se protegerem e protegerem fontes/participantes e suas famílias?**Você ou sua equipe mencionaram o projeto em alguma rede social ou blog no passado?**

Isso compromete a sua segurança e/ou a de sua equipe?

1.4 Experiência e Treinamento

Depois de estabelecidos os riscos de segurança digital do seu projeto, o quanto você e sua equipe sabem sobre proteger vocês e seu filme de métodos que podem comprometer sua comunicação?

Antes de seu projeto estar muito avançado na pré-produção, uma avaliação sobre o conhecimento de sua equipe inteira sobre segurança digital é altamente recomendada para determinar se seria válido fazer um treinamento formal sobre segurança digital. Se há materiais confidenciais associados ao seu filme, é importante que qualquer um envolvido na comunicação digital dele, seja no escritório de produção ou na locação, esteja a par dos métodos mais apropriados.

1.5 Recursos De Segurança Digital

Verificação de Riscos Digitais

[Rory Peck Trust — Digital Security Overview](#)
[Electronic Frontier Foundation — An Introduction To Threat Modelling](#)
[Tactical Technology — Security Guides](#)
[Tactical Technology — Research — Digital Security in Human Rights \[2014-2016\]](#)

Gerenciamento de Dados

[Electronic Frontier Foundation — Data Safety](#)
[Committee to Protect Journalists — Technology Security and Defending Your Data](#)
[Freedom of the Press Foundation — How to Generate The Best Passwords](#)
[Freedom of the Press Foundation — 11 tips for protecting your privacy and digital security in the age of Trump](#)

Celular

[Freedom of the Press Foundation — Mobile Security Tips](#)
[Freedom of the Press Foundation Rapid Responses for Confiscated Phones](#)
[Rory Peck Trust — Mobile Security Guide](#)

Recursos Adicionais de Segurança Digital

[CPJ Digital Safety Kit \(July 2019\)](#)
[Electronic Frontier Foundation](#)
[Committee to Protect Journalists- Digital Safety Notes](#)
[Committee to Protect Journalists — Related digital safety resources](#)
[UNESCO Building Digital Safety for Journalism](#)
[UNESCO — Publication Series on Internet Freedom](#)
[Digital Security Exchange](#)
[Online Privacy Guide for Journalists 2018](#)
[PEN America Online Harassment Field Manual](#)

Comunicação

[Freedom of the Press Foundation — Security Tools](#)
[Freedom of the Press Foundation — Anti-Phishing and Email Tips](#)
[Center for Investigative Journalists — Information Security For Journalists](#)
[Electronic Frontier Foundation — How to Circumvent Online Censorship](#)

Quando as Coisas Dão Errado

[Access Now — Digital Security Helpline](#)

*(Serviços 24 horas por dia, sete dias por semana, estão disponíveis em oito línguas: inglês, espanhol, francês, alemão, português, russo, tagalo e árabe. Eles, aparentemente, respondem a todas as perguntas em duas horas)

[Committee to Protect Journalists — Digital support](#)

1.6 Treinamento De Segurança Digital Para Cineastas

Só estamos apresentando treinamentos que foram elogiados por cineastas. Queremos saber de vocês se já fizeram algum treinamento jornalístico que possam indicar para seus colegas cineastas. Enviem-nos um e-mail a qualquer momento para: contribute@safeandsecure.film

A Freedom of Press Foundation organiza treinamentos com a IDA e outros e também faz treinamentos personalizados com equipes: [Freedom of the Press Foundation – Training – Estado Unidos](#)

Na Europa, recomendamos: [Tactical Tech – Alemanha](#)

Seção 2.

Responsabilidade

Jornalística

Documentaristas podem ver-se como jornalistas e podem ter trabalhado ou tido algum treinamento em Jornalismo, porém podem também enxergar-se em um papel totalmente distinto e é verdade que documentários são feitos, geralmente, tendo em mente objetivos diferentes daqueles do Jornalismo tradicional. Mas não importa se você enxerga seu trabalho como jornalístico ou não, se seu filme apresenta fatos imprecisos, seja porque você não os considerou importantes ou eles não foram adequadamente verificados, isso pode ter repercussões para você, para seu filme e para as pessoas envolvidas nele.

Ao contrário de jornalistas, documentaristas, às vezes, defendem posições. Apesar disso, cineastas também têm as mesmas obrigações éticas e legais de veracidade que os jornalistas têm. Apresentar dados falsos sobre o tema do filme expõe os cineastas ao risco de serem processados por difamação: o ato de desonrar uma pessoa ou organização espalhando informações inverídicas por meio escrito ou oral. Tenha em mente que as leis variam de acordo com a jurisdição (para mais informações, veja os recursos no final desta seção).

E, finalmente, pesquisa, verificação de fatos, uma boa manutenção de registros e reconhecimento de outras perspectivas são práticas jornalísticas que também são boas para se fazer um documentário e podem ajudar a defender seu caso se sua integridade como cineasta for questionada.

2.1 Diretrizes Jornalísticas

Esta é uma área de discussão fascinante. Enquanto documentários desempenham uma função diferente – e são comumente feitos de maneira radicalmente distinta, com um formato diferente de noticiários de TV e jornais impressos –, é importante que os documentaristas saibam como o jornalismo tradicional é responsabilizado antes de decidir se estas estratégias se aplicam ou não ao seu trabalho.

A verificação de fatos é uma parte vital de qualquer meio de comunicação ou informação. Como cineasta, sua responsabilidade consigo mesmo, com sua equipe e com seus patrocinadores é garantir que a informação que você está passando está correta e verificada. Defender um ponto de vista ou tomar uma posição sem pesar os dois lados da história é um anátema para o jornalismo tradicional.

INos Estados Unidos, uma falta de equilíbrio perceptível pode complicar uma defesa legal, como no caso do documentário *Crude* em que a Chevron requereu a intimação de 600 horas de material bruto do filme. O juiz rejeitou a posição do cineasta que invocou privilégio jornalístico (“a proteção de um repórter, sob lei constitucional ou legal, de ser compelido a testemunhar sobre informação ou fontes confidenciais”). *Um porta-voz da Chevron disse que “no meio do caminho, Joe Berlinger passou de um observador objetivo a um defensor da causa”.*

O [Ethical Journalism Network](#) apresenta estes cinco princípios básicos do Jornalismo que você deve considerar se são aplicáveis ou não ao seu trabalho como cineasta:

1. Verdade e precisão;
2. Independência;
3. Justiça e imparcialidade;
4. Humanidade;
5. Responsabilidade.

Nós o encorajamos a explorar as referências relevantes e as diretrizes jornalísticas na página de recursos no final desta seção para refletir sobre a natureza do Jornalismo.

2.2 Colaborações Jornalísticas

Muitos cineastas estão explorando trabalhar em parceria com jornalistas individuais ou instituições jornalísticas. Isso pode ter várias vantagens. Publicações em plataformas digitais podem trazer verba, recursos e parcerias em potencial (inclusive com o *NY Times*, *Guardian*, *Field* ou *Vision*). Eles irão oferecer ajuda na verificação de fatos e podem contribuir com investigações. O Centre for Investigative Reporting está cada vez mais fazendo parcerias com cineastas independentes, entrando como parceiro no trabalho que já está sendo realizado, mas não como editora. Eles também têm os advogados que os cineastas podem precisar já acionados.

Nos últimos anos, cada vez mais jornais tradicionais ou sites novos, assim como o jornalismo sem fins lucrativos, têm mostrado interesse no documentário independente. Estamos em um ótimo momento para ir atrás de novas parcerias.

Também pode valer a pena trabalhar com um jornalista individual cuja especialidade coincida com a do filme. Ele não precisa aparecer diante das câmeras, mas pode ser um consultor ou, se a relação se estreitar, ele pode virar produtor executivo.

Como os produtores executivos compartilham os riscos legais do filme, essa é outra razão para que eles ajudem ativamente para garantir que você conte a história da melhor forma possível.

Pontos de Discussão Sugeridos:

Estas perguntas foram feitas para provocar uma conversa entre a equipe sobre os riscos que a sua produção pode enfrentar. Elas não são exclusivas e sabe-se que cada projeto tem seus problemas particulares que precisarão de discussão.

Vocês se consideram jornalistas além de cineastas? Até que ponto seu filme é uma forma de jornalismo – seja inteiramente ou só uma parte?

Vocês entendem como seu projeto pode ser visto em um tribunal e quais vulnerabilidades legais ele compreende?

O seu projeto se beneficiaria de um jornalista para auxiliar com a pesquisa, ajudando a fortalecer o conteúdo jornalístico que ele pode ter?

Vocês teriam interesse em fazer parceria com organizações jornalísticas, como jornais ou organizações investigativas sem fins lucrativos, para fornecer padrões jornalísticos mais fortes ao seu filme?

2.3 Proteções Jornalísticas

Este manual, o protocolo e as checklists devem ser úteis a todos os cineastas, em todo lugar, mas essa primeira iteração foi desenvolvida tendo cineastas americanos e britânicos como usuários principais, com suas contribuições. Conforme aprendemos mais e consultamos de forma mais abrangente, seremos capazes de adaptá-lo para ser mais útil para nossos colegas de outros países.

As informações nessa primeira iteração dizem respeito apenas aos Estados Unidos e ao Reino Unido, mas há uma lista de recursos ao final desta seção que será útil para outros países – e lembre-se que as proteções jornalísticas variam de país para país, mesmo dentro da União Europeia. Veja os recursos ao final desta seção para identificar legislações específicas relacionadas aos jornalistas do país onde você irá filmar.

É importante observar, se você for filmar em eventos públicos ou em eventos privados abertos à mídia, que pode ser benéfico conseguir uma credencial. Contate a organização jornalística nacional para fazer o registro para sua credencial e para entender quais proteções específicas ela pode conceder.

Estados Unidos

Nos Estados Unidos, jornalistas têm proteção constitucional considerável. A boa notícia é que para garantir que os jornalistas se mantenham protegidos, muitos advogados trabalham para preservar seu direito à Primeira Emenda (o Congresso não pode criar leis que proíbam ou abreviem o exercício da liberdade de expressão ou liberdade de imprensa) e o direito de os jornalistas protegerem suas fontes. A má notícia é que, todo ano, nos Estados Unidos, há um grande número de ocorrências de jornalistas detidos, obstruídos em seu trabalho, mantidos sob vigilância e pressionados a revelar suas fontes. E a notícia pior ainda é que, como documentarista, você pode estar na mesma posição que muitos jornalistas independentes e civis e ter esses direitos jornalísticos revogados – como ilustrado no caso “Crude”.

Reino Unido

Apesar de jornalistas no Reino Unido também terem proteções constitucionais, há rígidas leis de difamação que fizeram o Reino Unido se transformar no destino número um de “turismo de difamação”. Isso se refere à prática de buscar um caso legal na Inglaterra ou no País de Gales em detrimento de outras jurisdições, como os Estados Unidos, que fornecem defesas mais extensivas àqueles acusados de tomar posições mais ofensivas. Apesar de isso afetar principalmente jornalistas de mídia impressa, não exclui documentaristas.

Além disso, o Parlamento do Reino Unido recentemente adotou a legislação de vigilância mais extrema já vista na história do Reino Unido, o [2016 Investigatory Powers Act](#) (também conhecido como “Estatuto do Intrusivo”), que reduz dramaticamente a proteção para delatores, jornalistas e suas fontes, representando uma séria ameaça ao jornalismo investigativo.

Em 2017, a Comissão Legal propôs o novo “[Ato de Espionagem](#)”, que facilitaria classificar jornalistas como “espiões” por obter informações vazadas; e também os delatores que proveram as informações.

É importante observar que onde quer que você esteja, se você está em posse de documentos vazados de qualquer tipo, esteja ciente das implicações legais dessa jurisdição particular; se a organização ou governo dono dessas informações descobrir, eles poderiam parar as filmagens e/ou você poderia ser preso por desobedecer à lei?

Quando Não Há Regras

Se e quando você estiver filmando em um país ou estado cujas leis são fracas, é crucial garantir que você esteja ainda mais consciente dos riscos que você e sua equipe podem enfrentar e como podem atenuá-los. Por favor, também tire um tempo para ler o “[Journalists Security Guide](#)” do Committee to Protect Journalists, como um recurso adicional.

Pontos de Discussão Sugeridos

Você conhece seus direitos, como cidadão e como jornalista, nos países em que você irá filmar?

2.4 Filmagem Escondida

Há riscos e responsabilidades específicos quando se filma com uma câmera escondida. No geral, a gravação oculta de uma conversa ou situação é considerada invasão de privacidade ilegal e seu uso irregular pode levar a um processo criminal. Quando utilizada em um contexto jornalístico, é preciso cumprir leis locais, enquanto se justifique o interesse público a que está servindo (por exemplo, não deve ser algo simplesmente porque você quis assim), e ser considerada justa. Trabalhar com um advogado para garantir que a filmagem seja feita de acordo com a lei vai ajudar a atenuar possíveis riscos.

De qualquer maneira, esse tipo de filmagem pode ser muito estressante e, por isso, é mais provável que erros sejam cometidos. Antes de fazer esse tipo de filmagem, pense com cuidado sobre os riscos que sua equipe e os participantes do filme podem correr, o que pode dar errado e quais as consequências desse ato. Você vai precisar de um plano de ação preciso para cada eventualidade.

Também é importante tomar cuidado para não se filmar falando de uma maneira que possa ser usada contra você caso haja um processo contra o filme. Nessa eventualidade infeliz, todo seu material bruto estaria desprotegido, assim como notebooks, argumentos, cópiões e teasers.

Olhe a checklist no fim desta seção, por favor, e garanta que um formulário apropriado de avaliação de riscos seja preenchido para cada caso em que a filmagem seja secreta (como o formulário que acompanha este documento).

É importante observar também que se você pretende incorporar qualquer tipo de filmagem secreta provida por uma fonte externa, é preciso que ela seja verificada e justificada, usando os mesmos filtros que você aplicaria para sua própria filmagem escondida.

Consulte também as orientações na página 30, abaixo.

Pontos de Discussão Sugeridos:

Estas perguntas foram feitas para provocar uma conversa entre a equipe sobre os riscos que a sua produção pode enfrentar. Elas não são exclusivas e sabe-se que cada projeto tem seus problemas particulares que precisarão de discussão.

Você pretende usar alguma câmera ou gravador escondido? Caso a resposta seja positiva, você consultou um advogado? Você tem um plano de ação preciso para cada eventualidade, acordado com membros-chave da equipe?

Você conhece as diferentes tecnologias usadas para filmagem secreta e você escolheu o equipamento mais adequado para a situação que você quer cobrir?

Você conhece as leis sobre filmagem escondida nos diferentes estados do Brasil e nos diferentes países que você vai filmar?

2.5 Recursos de Responsabilidade Jornalística

Recursos de Difamação, Ética e Verificação de Fatos

[Media Defence — Manual on European Defamation Law](#)
[Kelly / Warner Law — US Defamation Laws and Statutes](#)
[Kelly / Warner Law — International Defamation Law Database](#)
[PolitiFact — 7 Steps to Better Fact-Checking](#)
[Xindex — 10 Fact Checking Tips for Journalists](#)
[PBS Frontline — Journalistic Guidelines](#)
[Ted Talk — Paul Lewis: Citizen Journalism](#)
[Committee to Protect Journalists — Press Freedom Support Organizations](#)
[Committee to Protect Journalists — Journalism Resources and Manuals](#)
[The Center For Media & Social Impact — Dangerous Documentaries Resources](#)
[Mapping the Documentary-Journalism Landscape — Jonathan B. Murray Center for Documentary Journalism](#)

Recursos de Proteção Jornalística

[First Amendment Institute \(US\)](#)
[Reporters Committee for the Freedom of the Press \(US\)](#)
[Media Legal Defence Initiative \(international\)](#)
[Council of Europe — The Platform for the Protection of Journalism and the Safety of Journalists](#)
[Defence Handbook for Journalists and Bloggers, — Reporters Without Borders, Paul Hastings LLP and Thomson Reuters Foundation](#)
[Committee to Protect Journalists — Countries & Regions Resources](#)
[International Press Institute — Media Law Database: Media Laws in the EU and EU Candidate Countries](#)
[Columbia Journalism Review: Journalists in Ferguson: Case Study](#)
[Reporters Without Borders — Country updates and World Press Freedom Index](#)

Recursos de Filmagem Escondida

[BBC — Journalism Safety Guide](#)
[Videre — Undercover Filming Specialists](#)
[Channel 4 — Secret Filming Guidelines](#)
[Reporters Committee for Freedom of the Press](#)
[Reporters without Borders in partnership with UNESCO — Safety Guide for Journalists](#)

2.6 Treinamento Jornalístico Para Cineastas

Só estamos apresentando treinamentos que foram elogiados por cineastas. Queremos saber de vocês se já fizeram algum treinamento jornalísticos que possam indicar para seus colegas cineastas. Enviem-nos um e-mail a qualquer momento para: contribute@safeandsecure.film

[The Investigative Reporting Program at UC Berkeley's Graduate School of Journalism](#) — 3 Day Journalism Workshops for filmmakers (Estados Unidos)

[Columbia School of Journalism offers a MS Documentary Program](#)

[Columbia School of Journalism — Summer Investigative Reporting Course](#)

Seção 3.

Segurança Jurídica

Só um lembrete de que, no início, este guia focava nos cineastas baseados nos Estados Unidos e no Reino Unido, cujos trabalhos serão distribuídos principalmente nos Estados Unidos e na Europa. Esse capítulo foi, posteriormente, atualizado com seções sobre as jurisdições da Índia e do Brasil e uma perspectiva mais global para torná-lo mais relevante para cineastas de todo o mundo. Se você é de uma organização de documentários internacional ou tem conhecimento específico sobre sua jurisdição e pode ajudar a tornar as próximas edições mais relevantes globalmente, por favor, entre em contato:

contribute@safeandsecure.film

Percebemos que os documentaristas independentes estão tendo cada vez mais desafios legais, geralmente, para impedir a distribuição do filme. Pode ser difícil fazer frente a esses desafios quando os adversários detêm muito mais recursos que você, mesmo quando seu filme e seus documentos são seguros. Mas quanto menos preparado você estiver, e quanto mais tarde você deixar para se preocupar com questões legais, mais chances você tem de se afundar na lama.



Veja exemplos de casos judiciais contra documentaristas no final desta seção.

Áreas importantes do Direito para conhecer e como pesquisar sobre elas

Nós encorajamos todas as equipes de filmagem a pensar sobre suas necessidades legais no início de um projeto e contratar um advogado no desenrolar da produção, e não esperar até o processo de edição para consultar um, porque nessa etapa pode ser tarde demais ou muito mais caro deixar o filme legalmente seguro e garantir o seguro de Erros e Omissões (E&O). A política de E&O é, geralmente, um requerimento obrigatório para patrocinadores e distribuidores, que irão requisitar que esse seguro esteja em ordem antes que o filme seja lançado.

Como documentarista, você deve estar familiarizado com algumas áreas básicas do Direito que você provavelmente encontrará durante seu trabalho. Informe-se e eduque-se sobre elas antes de iniciar qualquer projeto: é muito melhor começar estando preparado e sabendo o que pode encontrar pela frente. Você não precisa ser um especialista em Direito, mas valerá a pena saber um pouco sobre as leis. Se você for fazer um projeto internacional, terá que se informar sobre as leis do país ou países onde vai trabalhar. Aqui no Manual há seções específicas sobre as jurisdições da Índia e do Brasil que você terá que conhecer, e também, nesse capítulo, há áreas específicas do Direito que são importantes que você se familiarize.

No mínimo, você deve se informar sobre as leis que podem ser utilizadas contra você – leis que podem ser usadas para impedi-lo de filmar ou para tomar medidas legais contra você para que o projeto não seja finalizado, ou processá-lo por perdas e danos. Isso inclui difamação, leis de proteção de dados e de privacidade que podem ser utilizadas para tentar impedi-lo de fazer alegações ou filmar material “privado”; legislações de ordem pública (se você estiver cobrindo protestos, por exemplo); leis sobre o uso de aparelhos de gravação ou câmeras escondidas; e, se você for utilizar fontes anônimas, se há leis para protegê-las. Você também deve conhecer leis de direitos autorais e de isenção de “fair use”, tanto para proteger os seus direitos quanto no caso de você utilizar material que pertença a terceiros.

Você também deve estar ciente de que as leis podem servir de ferramentas. Está aumentando o número de países em que há leis de “liberdade de informação” ou “acesso à informação” que lhe dão o direito de solicitar informações de governos e autoridades locais, tirando algumas exceções. Há algumas histórias que foram descobertas com a ajuda dessas leis, como escândalos amplamente divulgados sobre gastos feitos por membros do Parlamento do Reino Unido, e relatórios sobre o retrocesso nos regulamentos ambientais e de segurança nas perfurações realizadas por empresas offshore sobre a administração Trump nos EUA. Você também deve se educar sobre a classificação de filmes e leis sobre licenciamento em seu país, que podem ser fatores decisivos na hora de exibir seu filme.

Além de conhecer as leis, nós recomendamos que você comece a pesquisar, desde o início, sobre um seguro que possa cobrir suas despesas legais caso alguma ação seja tomada contra você. Esse seguro é conhecido como Erros e Omissões (ou E&O). O E&O é um seguro de negligência para cineastas, e as apólices podem te proteger contra alegações de difamação, invasão de privacidade ou de direitos autorais, e o uso não autorizado de marcas registradas, entre outros. Inicialmente disponível somente nos Estados Unidos e no Reino Unido, este tipo de seguro vem crescendo em outros países também. Você não conseguirá fazer nenhum acordo de distribuição sem um seguro E&O, sendo uma exigência essencial. Nós discutimos o seguro E&O detalhadamente na [seção 3.4](#).

Há vários recursos e organizações que podem ajudá-lo a encontrar essa informação. Livros como o *Essential Law for Journalists*, de McNae; seminários gratuitos realizados por organizações como a Media Law Resource Centre, em Nova York, ou organizações similares e escritórios de advocacia em qualquer lugar do mundo; e websites como o Global Freedom of Expression Resources, da Universidade de Columbia, têm manuais e informações muito úteis. Fornecemos uma lista sobre esse conteúdo no final deste capítulo, na [seção 3.8](#).

Lembre-se: você não precisa ter formação na área, e não ache que por ter lido sobre as leis não precisará contratar um advogado. O objetivo é somente ficar informado, e quando você precisar de um advogado, saber o básico sobre as leis irá ajudá-lo a fazer as perguntas certas e escolher o profissional mais adequado.

Continue lendo para saber mais sobre as áreas-chave que sugerimos valer a pena conhecer mais. Mas primeiro...

3.1 Encontrando Um Advogado Em Quem Você Possa Confiar - Dicas

Escolha Profissionais Especializados

Se você identificar que seu filme pode ter questões legais, pense que tipo de advogado você terá que contratar, de acordo com sua necessidade – seja ele um advogado de mídia para ajudar com direito autoral ou difamação; um advogado de propriedade intelectual para direitos autorais; um advogado de Direitos Humanos, para representar um dos participantes do filme que possa estar sendo ameaçado; ou um advogado no país em que você estiver filmando, para atuar em seu nome e no de sua equipe. Se você ainda não estiver trabalhando com um advogado, dê uma olhada nos pontos de discussão desta seção para ajudá-lo a identificar o tipo de assistência que você vai precisar.

Ao identificar o advogado com quem você vai trabalhar, é importante ser claro e transparente quanto ao que você quer alcançar e como quer fazer isso – esconder informação ou objetivos estabelece um mal precedente e é improvável que ajude a criar uma dinâmica com esse potencial membro-chave de sua equipe.

Como escolher e encontrar o advogado certo para você

Em algum ponto do projeto você provavelmente precisará da assessoria de um advogado. Talvez para um trabalho de rotina, como redigir contratos ou assegurar direitos, mas também pode ser porque você foi processado por difamação ou ameaçado com outra ação legal.

É importante não demorar a contratar serviço jurídico: uma boa orientação desde o começo sobre possíveis problemas legais pode ajudar a eliminar riscos e prevenir que você cometa deslizos ou erros de julgamento que vão te fazer gastar muito dinheiro mais adiante. Se você está preocupado em como pagar por esse serviço, lembre-se de que alguns advogados não se importam em dar consultoria antes e esperar até que você receba mais dinheiro para receberem seu pagamento.

O quanto orçar para as despesas jurídicas vai depender dos riscos legais específicos do seu filme, mas entre 5 e 10 mil dólares é uma boa quantia inicial. Porém, tenha em mente que filmes que sejam complexos do ponto de vista legal podem custar consideravelmente mais. Coloque em seu orçamento, desde o começo, uma verba para o jurídico que seja realista para que os financiadores e outros parceiros consigam enxergar com facilidade suas necessidades e possam te ajudar a suprir com o que precisa.

Se você sofrer uma ameaça legal como, por exemplo, uma carta de um advogado representando alguém contra quem você fez uma alegação e, agora, ameaça processá-lo por difamação caso você não retire tal alegação, a primeira regra é: não entre em pânico. Essa pode ser a primeira vez que você é ameaçado pela Justiça, mas há profissionais prontos para lhe dar assistência e ajudar. Defender processos judiciais é seu ganha-pão, e eles sabem o que estão fazendo. Seu trabalho é escolher o advogado certo para você, e esse manual está aqui para ajudá-lo nessa tarefa.

Escolher o advogado certo requer planejamento detalhado e atenção.

Antes de tudo, você terá que considerar a área do Direito em que você precisa de assistência. Se você tiver sido processado por difamação, precisará de um advogado que conheça essa área; se você necessita de assistência com direitos autorais, então precisará de um advogado de direitos autorais; se você ou alguma de suas fontes estiver sendo ameaçado, então será necessário um advogado de Direitos Humanos ou de defesa penal.

Em um número crescente de países, cada vez mais escritórios de advocacia têm se especializado em leis de imprensa (também conhecidas como lei do entretenimento ou agrupadas com as leis da tecnologia). Os cineastas encontrarão advogados de diferentes áreas do Direito nessas empresas que são ótimos pontos de referência. Se não houver nenhum escritório de advocacia especializado nesse tipo de leis em seu país, você precisará encontrar um advogado especializado na área necessária. Para isso, você deverá enviar e-mails, dar telefonemas e conversar com alguns advogados para que possa compará-los. Você deve se utilizar do mesmo protocolo de segurança ao falar com advogados como os que você usa em outros aspectos da produção.

Você deve tratar o processo de encontrar um advogado como fazer compras, e saber que é você que está no comando do processo. Outros cineastas podem te ajudar nesse processo – seus colegas podem já ter lidado com questões semelhantes e podem te indicar um bom advogado, ou mesmo contar sobre experiências negativas que passaram com advogados ruins. Mas não escolha um advogado somente porque alguém te indicou; fale com eles e decida você mesmo.

Em muitos países, há advogados de alto nível que aceitam casos que promovem causas progressistas e de Direitos Humanos. Geralmente, eles têm um perfil internacional e você pode ficar tentado a pedir que eles te representem. Porém, não faça disso seu motivo para escolhê-lo, sempre tenha em mente suas necessidades específicas e o tipo de resposta que resolverá melhor o problema no qual você está envolvido. Dependendo da situação e da política do país, em alguns casos, um advogado menos conhecido pode ser mais indicado, principalmente se a situação que você quer resolver for técnica e de natureza apolítica. Contratar um advogado muito conhecido em casos assim pode ser contraproducente, a não ser que você queira muito chamar a atenção da mídia. De qualquer forma, você deve permanecer no comando da situação: você é o cliente, e qualquer estratégia legal e midiática que for adotada deve ser acordada com você. Tome cuidado com advogados que achem seu caso interessante e enxerguem nele um potencial caso de teste para ir além dos limites da lei – ser um mártir por liberdade de imprensa não é legal.

Se você não souber como começar e não receber recomendações de outros cineastas, todo país tem pelo menos uma associação de advogados profissionais, geralmente chamados de sociedade de advogados, ordem de advogados ou algo parecido. Visite seus websites, que podem ter uma lista de advogados, ou ligue para eles e pergunte se eles têm uma lista de profissionais e suas especializações.

Seu próximo passo deve ser selecionar alguns advogados que pareçam bons na teoria ou que lhe foram recomendados e conversar com eles. Entreviste-os. Lembre-se: você está fazendo compras. Você precisa de um advogado que te ajudará a finalizar seu projeto, produzir um grande filme e conseguir lançá-lo. No mundo ideal, isso significa um advogado que entenda e tenha afinidade com o mercado do cinema documental e que possa te dar assistência realística de sua situação legal. Se você tiver dificuldade em encontrar um advogado especializado em assistência para cineastas ou para a mídia, o que você precisa, no mínimo, é de um profissional que irá ouvi-lo, que possa te dar opções legais realísticas, e que te deixará informado para que você possa fazer escolhas certas. Para toda linha de ação sugerida pelo advogado, faça perguntas sobre as consequências daquele ato, as vantagens e as dificuldades.

Por último, escolher um advogado também é uma decisão pessoal. Ele te representará e você precisará ficar confortável em sua presença, confiante de que o escutaram, que entendem suas necessidades e que é empático em relação às suas preocupações. Em resumo, você precisa de alguém com quem você sinta que possa trabalhar

Não Posso Pagar Um Advogado/Não Posso Deixar de Ter Um Advogado:

“Pro bono”, baixo custo e outras formas de pagamento

Como qualquer outro profissional, advogados geralmente esperam ser pagos por seu trabalho. Jornalistas não trabalham de graça, nem você entraria no escritório de um contador esperando ter um serviço de contabilidade gratuito. Portanto, você deve separar um valor de seu orçamento para pagar advogados, incluindo um contingente para serviços jurídicos inesperados.

Porém, em um número crescente de países, advogados podem estar dispostos a fazer um serviço “pro bono” (esse é o jargão jurídico para se falar “de graça”) se o trabalho for considerado de interesse público. Em alguns países, algumas associações até obrigam que os advogados trabalhem um número de horas “pro bono”. Em vários estados dos Estados Unidos, por exemplo, espera-se que os advogados façam pelo menos 50 horas de serviço “pro bono” por ano, o que equivale a uma semana de trabalho, mais ou menos. Tradicionalmente, eles fazem esse trabalho para instituições de caridade, mas há um crescente interesse entre os advogados em se envolver com documentários que falem de assuntos que façam serviço ao público. No Reino Unido e na Europa, também há uma crescente cultura do trabalho jurídico “pro bono”. Vale a pena perguntar aos advogados se eles trabalhariam “pro bono”. Você pode perguntar para advogados particulares ou empresas se eles pensariam nessa possibilidade em troca de aparecer nos créditos ou um convite à festa de estreia do filme.

Frequentemente, os advogados estão mais dispostos a fazer um trabalho “pro bono” que considerem fácil, como redigir contratos, algo que sabem que, provavelmente, não tomará muito de seu tempo, e estão menos dispostos a defender casos como processos de difamação, algo que levará tempo e talvez eles tenham que recorrer aos recursos de seus escritórios.

Nos últimos anos, algumas organizações se estabeleceram como centros coordenadores do trabalho “pro bono”. Elas avaliam sua situação jurídica e tentam “combinar” você com um advogado que possa trabalhar em seu caso de forma “pro bono”. Vá até a seção 3.7 no fim desse capítulo para ver uma lista dessas organizações.

Escritórios de advocacia grandes, particularmente os nos Estados Unidos, geralmente têm práticas de “pro bono” consideráveis e podem estar interessados em representá-lo. Há vantagens significativas, além do fato de fornecerem representação legal de graça: eles terão recursos significativos para dedicar ao seu caso; também possuem ligações que podem ajudar a fazer seu filme alcançar plateias internacionais; eles são menos propensos a serem suscetíveis a pressão política de seu governo; e, às vezes, a simples associação com um grande escritório de advocacia internacional pode lhe proporcionar (e ao seu trabalho) uma proteção maior.

Há desvantagens no trabalho “pro bono”. Se você for representado por uma grande empresa, é bem provável que a maioria do trabalho seja feita por advogados iniciantes, embora supervisionados por advogados mais experientes. Também pode acontecer de, por ser “pro bono”, seu projeto ter um nível de prioridade mais baixo, ou que os advogados só farão uma quantidade de trabalho “pro bono” e que não mudarão nada quando sentirem que o trabalho está completo. É muito importante que você pergunte sobre esses detalhes e que entenda perfeitamente os termos exatos de sua assistência jurídica. Se uma empresa internacional estiver te representando, é crucial ter certeza de que eles conheçam o contexto local.

Se um advogado não pode ou não queira fazer o trabalho “pro bono”, você pode perguntar sobre outras formas de pagamento. Alguns estão dispostos a trabalhar com tarifas reduzidas (conhecido, às vezes, como “baixo custo” ou “low bono”), mais uma vez de acordo com o tipo de documentário e seu valor, ou eles podem conseguir fazer um número de horas “pro bono” e cobrar por trabalho adicional. Em alguns casos, apesar de raro, o advogado pode pegar um caso baseado em “se não ganhar, não há pagamento”. Isso significa que você irá pagar somente se vencer o caso – e, geralmente, é a pessoa que o acusou que paga seus custos legais.

Organizações que podem ajudá-lo a encontrar e pagar por um advogado

Além das organizações mediadoras mencionadas acima, há organizações que podem ajudar documentaristas a encontrar um advogado, e também pagar por seus custos. Alguns desses grupos oferecem assistência a “jornalistas” ou para “a imprensa”, que é uma grande família de profissionais da qual os documentaristas também fazem parte.

Dependendo da natureza do projeto, um cineasta pode ser classificado como “defensor dos Direitos Humanos” e, portanto, elegível a acessar programas de apoio emergencial a defensores dos Direitos Humanos. Os participantes do filme também podem ser classificados como defensores dos Direitos Humanos, sendo assim também beneficiados pela assistência desses programas caso necessitem. Dê uma olhada na lista de organizações proeminentes que fornecem assistência legal de emergência na seção 3.7, no final desse capítulo.

Todas essas organizações têm seus próprios procedimentos para solicitar assistência de emergência. Isso pode parecer burocrático, mas não há como contornar – essas organizações têm a obrigação de fazê-lo por conta de seus doadores. Faça telefonemas para acompanhar a acelerar os pedidos de assistência – não se esqueça de ligar e enviar um e-mail logo após enviar um pedido de assistência (que geralmente é feito online).

A maioria das organizações listadas no final deste capítulo são relativamente pequenas e especializadas na prestação de assistência de emergência. Você pode pedir ajuda a grandes e famosas organizações de Direitos Humanos, como a Anistia Internacional, a Human Rights Watch ou a ARTICLE 19, um grupo de advogados que luta pela liberdade de expressão. Eles têm recursos e podem conseguir auxiliá-lo, apesar de não divulgarem isso em seus websites.

Uma potencial desvantagem em trabalhar com organizações internacionais é que você precisará se certificar de que está no controle de qualquer publicidade e ativismo sobre seu caso. Algumas organizações podem querer realizar grandes campanhas publicitárias em torno de seu caso. Isso pode ser útil às vezes e outras, não – talvez seja melhor lidar com ameaças legais silenciosamente e fora dos holofotes. Também pode haver ocasiões em que uma organização internacional queira focar em seu caso como parte de uma campanha maior. Somente aceite isso se você e seu advogado concordarem que isso ajudará seu caso – isso dependerá de circunstâncias individuais de sua situação. Assegure-se sempre de que está no controle de qualquer estratégia que envolva uma defesa pública.

Pontos de Discussão Sugeridos:

Estas perguntas foram feitas para provocar uma conversa entre a equipe sobre os riscos que a sua produção pode enfrentar. Elas não são exclusivas e sabe-se que cada projeto tem seus problemas particulares que precisarão de discussão.

**Você precisa de aconselhamento jurídico antecipado?
Caso a resposta seja positiva, em quais áreas?**

Você consegue pagar um advogado ou tem outros meios de conseguir ajuda voluntária?

Você precisa de ajuda legal em mais de um país? Por exemplo, onde você está filmando e onde a produção está baseada.

3.2 Jurídico e Compliance – Global (incluindo Reino Unido e Estados Unidos)

Esta seção descreve as principais áreas de lei de mídia que você precisa conhecer como cineasta e o que precisa fazer para minimizar riscos durante a produção. Não é uma descrição detalhada das leis e não substitui a contratação de um advogado qualificado no início da produção do filme, mas visa oferecer um panorama geral de áreas principais para se prestar atenção.

Na maioria dos países, as principais áreas da legislação que um cineasta precisa entender são difamação, privacidade, desacato, direitos autorais e as leis que governam a certificação e a exibição de um filme. Porém, em alguns países, a lei pode ser utilizada com propósitos políticos e como uma forma de intimidação. Uma gama de leis pode ser utilizada com essa finalidade, sejam elas penais ou civis. Mesmo que haja poucas provas para detenção ou para um processo judicial contra cineastas, jornalistas ou ativistas, defender casos assim também toma tempo e é preciso se ter conhecimento. Nessas situações, é importante que você tenha um conhecimento geral da lei e dos seus direitos, e que você tenha acesso a um advogado.

Quando um trabalho inclui uma potencial cobertura difamatória de indivíduos ou empresas que moram ou vivem fora do país, considere a necessidade de se apoiar nas leis desses países já que as alegações podem ser feitas lá. Isso é algo que acontece particularmente no Reino Unido; Londres tem a reputação de ser a “capital da difamação” do mundo e já permitiram que processos fossem abertos contra jornalistas dos Estados Unidos, Rússia e outros países.

Difamação – Injúria e Calúnia

As leis de difamação existem em todo lugar para proteger a reputação de uma ou um grupo de pessoas, uma empresa ou uma organização de declarações caluniosas feitas sobre eles para terceiros, sem justificativa legal. Os requisitos para fazer uma denúncia de difamação variam de acordo com a jurisdição do país, ou mesmo com as diferentes jurisdições dentro do mesmo país (nos Estados Unidos, cada estado tem sua própria lei de difamação).

Nos Estados Unidos e no Reino Unido, a lei de difamação é classificada de forma diferente do Brasil. Lá, a classificação se diferencia entre declaração falsa e difamatória que é feita por via escrita, e declaração falsa e difamatória feita por via oral. No Brasil, as duas formas de difamação são um crime que a pessoa não cometeu (calúnia) e uma ofensa cara a cara (injúria). Ver leis no Brasil.

De maneira geral, uma declaração é difamatória se, dita sobre uma pessoa e publicada por uma terceira, faz outras pessoas pensarem mal da primeira e isso a prejudica. Para uma empresa processar por difamação é preciso que ela comprove que a declaração difamatória causou um grande prejuízo financeiro à empresa ou que isso seria capaz de acontecer. Em relação a um indivíduo, prejuízo na reputação ou sofrimento emocional já são o bastante e, dependendo da jurisdição, algumas declarações são consideradas tão prejudiciais que são vistas como difamatórias em si, sem precisar de provas adicionais de dano.

Para uma pessoa entrar com um processo, ela deve provar:

- + que foi utilizada linguagem difamatória contra ela;
- + que é possível identificá-la;
- + que as palavras foram publicadas por uma terceira pessoa; e, geralmente,
- + que as palavras difamatórias causaram grandes danos ao requerente.

Em muitos países, porém não em todos, o requerente também precisa mostrar que as palavras difamatórias lhe causaram sérios danos.

A exigência na lei inglesa de que, para que possa haver um processo de **difamação**, os requerentes provem que a declaração difamatória causa ou que é provável que cause um grande dano (ou, para empresas, alto prejuízo financeiro) é relativamente nova. Esperava-se que essa nova exigência dificultasse a abertura de processos por difamação. No entanto, os recentes casos legais sugerem que as dificuldades não são tão grandes quanto se imaginava. Contudo, o que se entendeu disso é que casos triviais são mais improváveis de serem levados a julgamento. Não importa se a declaração teve a intenção de ser difamatória. O que importa é que a declaração seja falsa e que quem a publicou tenha tido algum conhecimento de que era falsa. Na maioria dos casos, também não importa se você está replicando a declaração difamatória de outra pessoa, a replicação em si pode ser difamatória.

Na maioria dos países, quando o requerente mostrar os três elementos mencionados – que a declaração foi publicada, que ela se refere a ele, e que é difamatória –, você, o cineasta (como o acusado), deve conseguir provar no tribunal de justiça que a declaração difamatória proferida em seu filme está baseada em evidências e pode ser provada como verdadeira, ou que você consegue providenciar outro tipo de defesa. Em outras palavras, a pessoa que está processando não precisa provar que a declaração difamatória dita sobre ela é falsa.

Se você for processado e perder o caso, você terá que pagar por danos (uma quantia de dinheiro, que pode ser algumas centenas de milhões dependendo da seriedade da ofensa) e arcar com suas próprias despesas legais. Além disso, no Reino Unido, você provavelmente terá que pagar as despesas legais do requerente. O seu filme também pode ser passível de receber uma injunção antes, durante ou depois do processo ir a julgamento, o que impede que ele seja distribuído. Evitar declarações difamatórias não quer dizer que não haja liberdade de expressão – precisão e justiça também são dimensões éticas da produção cinematográfica que devem andar de mãos dadas com rigor.

Agora vamos observar alguns exemplos de declarações difamatórias:

- + Donald cometeu um ato criminoso...
- + Hillary é uma mentirosa, é desonesta, ou cometeu uma fraude...
- + Donald recebeu propina; Donald tentou subornar Hillary...
- + George roubou do Bill; Bill é um ladrão...
- + Hillary é violenta e abusiva de certa maneira...
- + Barack danificou a propriedade do George...
- + Ronald é traficante de drogas, usuário de drogas ou, simplesmente, “está envolvido com drogas”...
- + Harry é um hipócrita...
- + Gerald está falido, ou quase falido.

Se seu filme alega algo potencialmente difamatório sobre algum indivíduo ou empresa identificáveis e você é processado, há algumas respostas possíveis. Dois dos mais comuns entraves para alegações de difamação são se é um fato ou se a declaração faz valer uma opinião, e não algo possível de ser qualificado como verdadeiro ou falso, o que no Reino Unido é classificado como defesa da *“opinião honesta”*.

Além disso, há outras defesas para aqueles que publicam material difamatório em determinadas circunstâncias, como acontecimentos no tribunal ou no parlamento e quando jornalistas estão reportando esses acontecimentos de maneira justa e correta. Dependendo da jurisdição, essas contestações podem ser referidas como *“privilégio absoluto ou qualificado”* (no Reino Unido e em outros países que utilizam o direito comum) ou como um *“comentário legítimo”* ou *“privilégio jornalístico justo”* (nos Estados Unidos). A seguir, veremos alguns pressupostos comuns que não são defesas para difamação na maioria dos países, incluindo os Estados Unidos e o Reino Unido:

¹O chamado sistema “common law” é um corpo de leis derivado de decisões de cortes e tribunais semelhantes. O “common law” (que era assim chamado, porque era o direito comum a todos os tribunais) se originou na Inglaterra após a conquista de Normã em 1066, e se espalhou para todas as colônias inglesas, muitas das quais o manteve após ganharem suas independências.

- + **Eu não quis difamar X, foi sem querer.** Intenção é irrelevante. Difamação ainda pode ocorrer por justaposição de imagens e palavras de uma maneira que, acidentalmente, difame uma pessoa.
- + **Eu não mencionei a pessoa pelo nome.** Se a pessoa for identificável, ele/ela pode processar.
- + **Eu só repeti o que alguém me falou, mas não necessariamente acredito no que está sendo dito.** Na maioria dos casos, uma pessoa que repete uma declaração difamatória é tão responsável perante a lei quanto quem falou originalmente.
- + **A declaração era para ser uma piada, claro que não queremos dizer isso/Foi uma sátira.** A intenção é irrelevante. O que importa é como é vista pelos telespectadores, leitores, ouvintes.
- + **A declaração já foi publicada em outro lugar (na internet, em um jornal, em uma rádio) e todo mundo sabe que é verdadeira.**
- + Publicações anteriores não são defesas válidas em um tribunal.

“Turismo de Lei de Difamação”

Se um projeto foi amplamente exibido, inclusive globalmente, é comum que o litigante escolha a jurisdição mais favorável em que processar. É comum que seja o Reino Unido, porque sua lei de difamação facilita a abertura de processos. Isso levou a um fenômeno chamado “turismo de lei de difamação”. Se seu projeto fala de uma pessoa, uma empresa, uma organização ou qualquer outra entidade legal baseada no Reino Unido ou que tenha uma filial lá e você faz declarações difamatórias sobre eles (acusando-os de corrupção, por exemplo), há um risco de que abram um processo contra você no Reino Unido.

O órgão jurisdicional pode decidir aceitar uma ação feita por um empresário da Índia em Londres, por exemplo, se for provado que há uma forte ligação entre ele a cidade. Podem ser vistas como ligação relações comerciais ou familiares, ou a posse de uma propriedade. No passado, tribunais ingleses já permitiram que um empresário russo processasse um jornalista russo por difamação porque ele possuía uma casa em Londres, relações comerciais e pretendia se mudar para a cidade no futuro.

Você deve estar ciente de que defender um processo de difamação no Reino Unido é muito caro – proibitivamente caro, até. Um julgamento de defesa de um processo de difamação irá custar centenas, se não milhões de libras, e você talvez também tenha que pagar pelos custos do advogado do requerente. Se você receber uma ação judicial de um advogado do Reino Unido, você deve procurar assistência jurídica imediatamente. Existe um risco de você ser processado em outras jurisdições estrangeiras também se as alegações difamatórias forem sobre alguém que tenha ligação com algum desses países. Se você receber uma carta de um advogado acusando-o de difamação em algum desses países, você deve procurar assistência jurídica de um advogado naquela jurisdição específica.

Evidências

A melhor defesa para difamação é conseguir provar que a declaração é verdadeira, o que, em última instância, provém de uma checagem de fatos rigorosa e da garantia de que uma evidência relevante esteja disponível, caso seja necessário.

Se você for processado por material difamatório em seu filme e quiser defender-se da acusação, provando que seu filme é substancialmente verdadeiro, você vai precisar de *evidências*. Os melhores tipos de evidências são depoimentos de testemunhas, ou seja, algo que elas tenham ouvido ou visto; e provas do documentário, ou seja, anotações, cartas, e-mails, documentos ou mesmo copiões, material bruto e teasers, que atestem fatos específicos. Se você quiser incluir material potencialmente difamatório no seu filme, uma das primeiras e mais importantes coisas a se considerar junto a seus advogados é qual evidência você conseguiria com facilidade caso fosse processado. Como observado acima, trechos de jornais não são *evidências*, pois não são prova da verdade de seu conteúdo – tudo o que provam é que a alegação foi previamente publicada em um jornal, e como foi apontado acima, essa não é uma defesa contra uma acusação de difamação.

Observe que onde quer que uma alegação potencialmente difamatória seja feita – qualquer alegação de irregularidade ou incompetência ou outras alegações significantes –, em algumas jurisdições (inclusive no Reino Unido), é muito importante procurar obter um *direito de resposta* de quem está sofrendo tais alegações. Quando uma resposta é dada, seja por uma entrevista ou por escrito, isso normalmente é bem visto.

É muito importante pensar como e quando falar com as pessoas sobre as alegações feitas. É sempre recomendável procurar assistência jurídica especializada antes de falar com as pessoas.

Sempre será de extrema importância garantir que seus fatos estejam corretos. Sempre pesquise sobre eles rigorosamente; garanta que as contribuições estejam corretamente editadas e não deturpe nada que a pessoa está falando. Busque um direito de resposta sempre que alegações significativas forem feitas e, quando relevante, assegure-se de que qualquer resposta a elas esteja incluída no filme.

Informação Detectável

Se um processo é aberto contra um filme, pode ser exigido que você compartilhe documentos importantes com a outra parte. Seus e-mails de produção, documentos, contratos e computadores (incluindo seu protocolo Seguro + Protegido e suas checklists) podem ser considerados evidências detectáveis.

Essas evidências podem ser usadas para fundamentar uma acusação de que o filme teve um ponto de partida prejudicial contra um indivíduo ou uma organização em vez de agir de uma forma justa e ponderada. Em outras palavras, uma pesquisa feita de qualquer maneira, em vez de uma investigação completa.

É, portanto, melhor pressupor, desde o começo, que qualquer documento escrito associado ao projeto pode ser utilizado como prova contra o filme e, por isso, assegurar-se de nunca usar linguagem de baixo nível.

Por exemplo, ao preencher seus formulários de avaliação de risco, é bom dizer:

“A empresa X tem o histórico de abrir processos contra jornalistas que escrevem sobre suas atividades. Dado que estamos investigando se houve ou não corrupção em sua cadeia de suprimentos, temos um risco maior de uma ação legal”.

Não é aconselhável escrever: *“Dado que vamos expor a corrupção desses canalhas, eles provavelmente tentarão nos silenciar com uma ação judicial”.*

Distinções sobre a Lei de Difamação dos Estados Unidos

Há distinções importantes sobre a lei americana, que estão resumidas abaixo; e em se tratando de Índia e Brasil, falamos sobre elas separadamente nas seções 3.5 e 3.6, respectivamente.

A lei americana protege mais o direito à livre expressão que as leis inglesas, por causa da Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos e de cláusulas similares nas constituições estaduais. Isso se manifesta de algumas maneiras, particularmente, no grau de culpabilidade necessário para culpabilização e ônus da prova. Nos Estados Unidos, para ser difamatória, uma declaração deve ser publicada com **alguma** culpa por parte do acusado. Essa condição varia de acordo com a notoriedade da pessoa (se é pública ou privada).

Se a declaração for sobre uma *figura pública*, deve-se dizer que a *declaração* foi intencionalmente falsa ou que não houve pesquisa para saber se era falsa ou não. Isso é chamado de “má-fé”. No entanto, é uma condição relacionada a conhecimento e não ao motivo. Se uma pessoa honestamente acreditar que uma declaração sobre uma figura pública é verdadeira e publicar a declaração com intenção de prejudicar, não é considerado difamação nos Estados Unidos. No entanto, caso uma declaração seja publicada sabendo-se que ela é falsa, será considerado difamação mesmo se a motivação for inocente.

A norma é menos rígida se o indivíduo não for público. Se a alegação for sobre uma *pessoa privada*, é preciso somente declarar *negligência* em relação a sua falsidade para entrar com uma ação de difamação.

Em processos de difamação, nos Estados Unidos, o **ônus da prova** pode variar de acordo com o estado em que o processo está e se a declaração for sobre uma figura pública ou privada. É comum, se a declaração for sobre uma figura pública, que o requerente (a pessoa que abriu o processo por difamação) prove que era mesmo falsa para que ele se recupere da difamação. Porém, se a declaração for sobre uma figura privada, pode ser pedido ao acusado que ele prove que a declaração é verdadeira.

Se você estiver trabalhando nos Estados Unidos, é importante ter conhecimento também de que documentários podem ser alvos de um Processo Estratégico Contra Participação Pública (SLAPP na sigla em inglês) – um processo com a intenção de censurar, intimidar e silenciar críticos, pressionando-os com os custos legais da defesa até que abandonem sua crítica ou oposição, pode ser aberto contra um documentário. Várias jurisdições têm leis anti-SLAPP, que tentam equilibrar o direito do requerente de abrir uma ação legal com o direito do acusado de livre expressão. Alguns estados dos Estados Unidos têm leis anti-SLAPP mais fortes que outros.

Exemplo: o cineasta ganhador do Oscar Errol Morris, seus produtores e distribuidores foram processados pela personagem principal de seu documentário de 2010, “Tabloide”, depois de ela alegar que foi ludibriada para aparecer no filme. Errol e seus coacusados abriram uma moção “anti-SLAPP” alegando que o processo eliminava a liberdade de expressão. Depois de inúmeras acusações por parte da requerente, o caso foi encerrado por falta de indícios.

Privacidade/ Interesse Público

No Reino Unido, nos Estados Unidos e na maioria das outras jurisdições legais no mundo, os indivíduos têm o direito à privacidade. Como cineasta, você também tem o direito à liberdade de expressão. Equilibrar esses dois direitos é a chave para entender a lei de privacidade.

Na maioria dos casos, o ato de filmar alguém é uma violação de sua privacidade. Se você filmar uma pessoa na casa dela, é quase certo de que isso irá envolver a privacidade. Mesmo em um espaço público, se você filmar alguém em um ato privado, isso também é relacionado à privacidade. Conteúdo relacionado aos hábitos sexuais de uma pessoa é, muito provavelmente, considerado invasão de privacidade e conteúdo relacionado a seus pensamentos e vida privada (por exemplo, doenças, diários, cartas apaixonadas, conversas com membros da família) precisa ser de forte interesse público ou já ter sido publicado pelas próprias pessoas.

Nos Estados Unidos, há vários tipos de reivindicação à privacidade, que variam de estado para estado. Alguns exemplos dessas reivindicações são: divulgação pública de fatos privados; invasão de privacidade em forma de calúnia (em outras palavras, retratar alguém de forma incorreta); invasão de assuntos privados e apropriação indevida do nome ou imagem de alguém.

No Reino Unido e em outros países que utilizam direito comum, as reivindicações à privacidade são similares, apesar de terem nomes diferentes – “violação de confiança”, por exemplo. Um campo crescente da legislação sobre privacidade – e, sendo assim, uma área com a qual jornalistas e cineastas devem preocupar-se – é a lei da proteção de dados. Ela protege a informação privada de um indivíduo. Originalmente encontrada em países da União Europeia, esse conceito tem se espalhado por vários outros países como um corolário dos acordos comerciais entre países da União Europeia e pode ser usado por indivíduos para impedir que jornalistas publiquem o que pode ser considerado como “dado privado”, a não ser que consigam provar que a publicação tem propósito jornalístico, acadêmico, artístico ou literário e que consideram que a publicação seria de interesse público.

Quando colaboradores concordam em participar de seu filme e assinam um contrato, eles estão consentindo em ter sua privacidade violada (pelo ato de filmá-la). Quando não foi dado o consentimento, você pode estar infringindo o direito à privacidade daquela pessoa.

Toda vez que um cineasta infringe o direito à privacidade de um indivíduo, isso deve ser assegurado – seja pelo consentimento do indivíduo ou de alguma outra maneira, por exemplo, por ser de *interesse público* (Reino Unido e países que utilizem o direito comum) ou digno *de notícia* (Estados Unidos).

A infração da privacidade alheia pode levar a um processo. Como em outras áreas do Direito, se você não tiver sucesso, o tribunal pode obrigá-lo a pagar por danos (e pode ser uma quantia substancial) e também obstruir seu filme, impedindo-o de exibi-lo. O direito à privacidade é uma área do Direito em que injunções são comuns e, em situações extremas, pode fazer com que seu filme não saia da prateleira por anos a fio.

A filmagem escondida é o exemplo mais óbvio de infração do direito à privacidade. De acordo com as leis do Reino Unido, em alguns casos o ato pode ser justificado pelo *interesse público*. Se você está considerando filmar escondido, é muito importante procurar orientação legal especializada antes de seguir adiante. Isso assegura que tudo seja feito corretamente (em outras palavras, de forma legal) e que você possa usar as filmagens no seu filme. Filmar escondido sem antes buscar orientação pode fazer com que, depois, aquele material seja considerado inutilizável pela seguradora que você contratar. Então é melhor planejar com antecedência e em colaboração com seu advogado. Recomendamos que você siga esses procedimentos para evitar que fique vulnerável mediante desafios legais.

“Emboscada” Chamamos assim quando um cineasta aparece na casa ou no trabalho de uma pessoa sem avisar e tenta gravar uma entrevista com ela. Entrevistas sem marcação prévia precisam ser cuidadosamente pensadas – fazer isso de forma errada pode infringir o direito de privacidade e pode gerar uma injunção.

Interesse público. Como visto, filmagem escondida e “emboscada” (e outras quebras de privacidade) podem ser justificadas pelo interesse público. Então o que isso significa? A definição do Black’s Legal Dictionary é um tanto vaga: “O bem-estar do público em comparação ao bem-estar de um indivíduo ou companhia privada. A sociedade se beneficia disso e o governo reconhece a promoção e proteção do público em geral”. O Ofcom Broadcasting Code – o código regulador de mídia do Reino Unido – apresenta exemplos mais específicos de interesse público: revelação ou detecção de crime, proteção da saúde ou segurança públicas, exposição de declarações falsas feitas por indivíduos ou organizações ou divulgação de incompetência que afeta o público. Vários outros países que utilizam o direito comum seguem definições parecidas, mas você deve ficar ciente de que há um elemento de incerteza inerente nisso. Se por acaso tiver alguma dúvida, é melhor procurar aconselhamento jurídico.

Relevância midiática (Estados Unidos)

Determinar se uma invasão de privacidade será considerada de relevância midiática, nos Estados Unidos, é uma questão legal complexa que depende de circunstâncias específicas. Quando figuras proeminentes como políticos e celebridades estão envolvidas, os tribunais já consideraram detalhes de suas vidas privadas como relevantes. No entanto, no recente caso de *Terry Gene Bollea contra Heather Clem* (também conhecidos como Hulk Hogan contra Gawker), um júri concedeu 115 milhões de dólares para Hulk Hogan depois que Gawker publicou uma sex tape que mostrava o famoso lutador, mesmo depois de Hulk discutir publicamente questões de natureza pessoal e sexual em vários programas de rádio.

Sempre que você quiser contar com o interesse público ou a relevância midiática para justificar infração de privacidade ou revelação de informação confidencial, nós solicitamos que você busque orientação de um advogado qualificado. Se alguma ação legal for aberta contra você nessas circunstâncias, um juiz irá decidir se a defesa de interesse público pode ser utilizada e se justifica a quebra de privacidade.

Desacato (Reino Unido e a maioria dos países que utilizam o direito comum)

Desacato (Reino Unido e a maioria dos países que utilizam o direito comum) No Reino Unido e na maioria dos países que utilizam o direito comum, a lei de desacato existe para proteger a integridade do processo jurídico e permite que julgamentos aconteçam sem influência externa. Em particular, jurados decidindo julgamentos criminais na Corte Real devem ser capazes de considerar os fatos sem serem influenciados por detalhes extras e declarações que sejam de domínio público, ou seja, noticiados pela mídia. Em alguns países, como Índia e Singapura, leis sobre desacato também proíbem o que é conhecido como “escandalizar o tribunal”. Isso tem sua origem no direito comum e proíbe qualquer tentativa de desacatar o tribunal e diminuir sua autoridade. Isso permanece vigente em alguns países e é usado para proteger o judiciário de críticas.

No Reino Unido, as leis de desacato fazem com que publicações de cineastas que prejudiquem seriamente um processo legal aberto sejam consideradas uma ofensa criminal. Também é ofensa criminal um ato de contravenção de uma restrição específica ou ordem judicial expedida por um juiz.

No Reino Unido também há leis sobre quem pode ter acesso a certos documentos que foram criados ou fornecidos para fins judiciais. Burlar essas leis também é uma ofensa criminal.

As leis de desacato no Reino Unido e em outros lugares que utilizam o direito comum são mais rigorosas do que em outros países, por exemplo, os Estados Unidos. No entanto, sempre que um filme se refere a tramitações judiciais, principalmente que ainda estão em aberto, os cineastas precisam verificar se há alguma restrição legal para o uso dessas tramitações - se as regras de desacato se aplicam ou se alguma ordem específica foi expedida pelo tribunal, restringindo o que pode ser relatado ou referido.

O que pode ou não ser relatado varia de acordo com o tipo de tribunal e julgamento - um breve sumário pode ser encontrado no site da BBC Academy, mas é importante que se busque sempre orientação legal.

3.3 Assegurando Direitos Legais

Direito Autoral e Liberações

Os cineastas devem começar a ver as liberações no início das filmagens, continuar durante as gravações e completar na edição final. A seguir, mostramos alguns procedimentos de liberação que uma seguradora recomenda a um cineasta:

- + Quando se utiliza uma obra de referência como livros, roteiros ou peças de teatro, um contrato de direito autoral deve assegurar que a cadeia de títulos na qual a produção se baseia seja minuciosamente investigada e remonte aos detentores originais dos direitos autorais para determinar que todas as concessões ou transferências na cadeia de títulos permitam que você utilize o material na sua produção;
- + Acordos escritos devem existir entre o produtor, os criadores, os autores, os roteiristas, artistas e qualquer outra pessoa que forneça material;
- + Contratos escritos devem ser obtidos para rostos e semelhanças de qualquer pessoa viva que seja possível de se reconhecer. Todos os contratos devem fornecer ao produtor o direito de editar, modificar, adicionar ou deletar material, mudar a sequência de eventos de qualquer pergunta feita ou resposta dada e de ficcionar pessoas ou eventos;
- + São os compositores e/ou artistas que devem dar o direito de suas músicas, sejam elas originais ou já existentes;
- + Devem ser obtidas todas as licenças e autorizações do detentor do direito autoral e de toda pessoa ou entidade mostrada no filme. Um documentarista vai precisar obter permissão do detentor dos direitos autorais e das pessoas que aparecem no filme. Se o “fair use” for utilizado, o cineasta deve obter uma carta de “fair use” de um advogado especializado.

“Fair Use”/“Fair Dealing”

Os direitos subjacentes de terceiros em obras de direitos autorais devem, normalmente, ser liberados/licenciados. Em circunstâncias excepcionais, no entanto, você pode fazer uso do “fair use” (uso justo, em tradução livre para o português) ou do “fair dealing” (negociação justa, em tradução livre para o português).

“Fair use” e “fair dealing” são defesas para a infração da lei de direito autoral. O “fair use” é uma defesa dos Estados Unidos; o “fair dealing” é uma defesa do Reino Unido. Essas defesas permitem que produtores de conteúdo, em determinadas circunstâncias, usem pequenos trechos de obras de outros autores sem a autorização do detentor dos direitos autorais da referida obra, mesmo quando sua utilização tenha sido explicitamente recusada.

Essa área do Direito é complicada e tem sido minuciosamente analisada no meio cinematográfico, levando a muitos equívocos e suposições.

É importante, também, observar que o “fair use” é uma área do Direito americano que se desenvolveu em uma direção distinta do “fair dealing” – em outras palavras, elas não são a mesma coisa. Materiais considerados de utilização legal pelo “fair use” podem não ser considerados pelo “fair dealing”.

O Center for Social Media and Impact, da American University, disponibilizou [recursos de fácil compreensão](#) para ajudar cineastas americanos a navegar nessa área do Direito.

Se você considera recorrer ao “fair use” ou ao “fair dealing”, você deve se familiarizar com esses recursos e buscar orientação de um advogado qualificado. Repare que é muito improvável que o “fair dealing” seja apropriado se seu filme tiver distribuição mundial.

Contratos

É uma obrigação legal fazer contratos com seus contribuintes e sua equipe e é preciso que sejam escritos com cuidado. É importante observar que qualquer violação do contrato não é coberta pelo seguro de Erros e Omissões, então todo custo legal ou multa que resulte dessa violação será paga por você. Contrate sempre um advogado/profissional qualificado para cuidar dos seus contratos.

Pontos de Discussão Sugeridos:

Existe algum risco de acusação de difamação ou calúnia?

O seu trabalho já passou por verificação de fatos para ter certeza que tem evidências suficientes?

Alguns dos seus trabalhos viola a privacidade dos indivíduos - você possui uma justificativa adequada e legalmente reconhecida?

Você está acompanhando os materiais protegidos por direitos autorais e tem um plano para limpar ou investigar a negociação/ uso justo deles?

Você precisa de ajuda legal com contratos para colaboradores e equipe?

3.4 Responsabilidades da Mídia/Seguro de “Erros e Omissões” (E&O)

O seguro de Erros e Omissões (E&O) protege os cineastas de processos relativos a roubo de ideia, infração de direitos autorais, difamação, invasão de privacidade, depreciação do produto, difamação comercial, quando se inflige sofrimento emocional, revelação de informação pessoal, invasão de espaços, falsa prisão ou acusação mal-intencionada. O seguro de Erros e Omissões cobre não apenas danos que um tribunal possa obrigar o cineasta a pagar, mas também custos legais.

O seguro de Erros e Omissões é uma exigência em acordos de distribuição com estúdios, canais de televisão, operadoras de canal a cabo, DVDs e site de internet. Esses distribuidores de mídia solicitam ao cineasta que os proteja de alegações que podem vir a aparecer quando a produção for lançada e explorada. Normalmente, os distribuidores apresentam os termos de licença e limites em seus contratos – por exemplo, o limite padrão é de mil libras por alegação (3 mil libras agregadas), com um excedente de 10 mil libras.

As seguradoras vão precisar de opinião legal para estipular um orçamento para um seguro de Erros e Omissões internacional. Geralmente, não é possível essa opinião ser oferecida até o estágio de edição, quando o filme foi totalmente “legalizado” (incluindo a verificação e apresentação de todos os formulários de liberação de contribuinte e contratos-chave) e as mudanças necessárias foram feitas. Esse período de tempo – quando o filme foi finalizado, mas antes de o seguro ser feito – é um momento vulnerável para o cineasta. Ainda mais se você estiver fazendo um filme sobre uma figura ou organização poderosa e você der a essa pessoa ou organização um direito de resposta às potenciais declarações prejudiciais que você faz em seu filme. É possível que essa pessoa peça para que seu filme seja interditado. Por isso, é importante obter um seguro de Erros e Omissões o mais rápido possível, fornecendo para a seguradora uma opinião legal de um advogado qualificado – e um que seja bem visto pela empresa.

Como é provável que o seguro de Erros e Omissões seja obtido somente quando o filme estiver completo, estude com cuidado as informações sobre o filme que estão sendo compartilhadas no domínio público e se isso pode ser legalmente prejudicial para a produção ou na hora de se conseguir um seguro de Erros e Omissões. Isso inclui o site do filme, as redes sociais e o material associado aos “pitching forums”.

Encontrando o Corretor Adequado

Somente contrate um corretor de seguro que tenha experiência em obter seguros para filmes de não ficção. Isso assegura que sua política seja apropriada e que seja garantida a você a proteção que precisa. Corretores que estejam acostumados a lidar primordialmente com filmes de ficção podem não ser apropriados para seu documentário. A melhor fonte de informação sobre corretores são seus colegas cineastas. Algumas corretoras recomendadas são:

- + Media Insurance Brokers (Reino Unido);
- + Fractures Atlas (Estados Unidos);
- + Chubb (Estados Unidos);
- + Hiscox (Reino Unido);
- + Axis (Reino Unido);
- + One Beacon (Estados Unidos).

Preenchendo o Formulário de Inscrição

É provável que o formulário de inscrição seja extenso e detalhado. Se não for, isso pode significar que a seguradora não está equipada para conseguir um seguro para você. Você deve preencher o formulário corretamente – erros bobos podem resultar em não obter a cobertura que precisa ou a seguradora pode reivindicar que o seguro não é válido. Não tente “trapacear” as perguntas nem fique em dúvida se você está entendendo o que o formulário está pedindo – se você não entender algo, peça ajuda ao seu advogado ou à própria seguradora.

Não deixe de colocar alguma informação de propósito, por achar que ela pode diminuir suas chances de conseguir cobertura, como uma ameaça de reclamação contra seu filme. Você pode vir a descobrir que seu seguro foi invalidado por causa de falta da informação.

Entendendo Valores Dedutíveis

Um valor dedutível é um “excesso” aplicado. Uma seguradora, geralmente, orça um valor dedutível se ela considera um filme arriscado e que pode atrair denúncias. No entanto, isso não só pode fazer com que você tenha que pagar uma quantia alta caso haja uma denúncia, como pode dificultar na hora de contratar um distribuidor. A maioria das distribuidoras pede um seguro de Erros e Omissões com um valor dedutível de, no máximo, 25 mil libras.

Compare e Negocie

Se possível, tente conseguir mais de um orçamento para seu seguro de Erros e Omissões, pois o valor para filmes de baixo risco pode variar bastante. Preste muita atenção nos valores dedutíveis, em quanto a apólice terá que pagar por denúncia, assim como no valor agregado que é coberto e em quando escolher uma seguradora e negociar.

Pontos de Discussão Sugeridos

Quais são as diferenças entre os seguros de Erros e Omissões que seu corretor ofereceu?

Você precisa procurar ajuda externa de seu advogado ou corretor para garantir que consiga contratar o seguro de Erros e Omissões a tempo de distribuir o filme e por um bom preço?

3.5 Jurídico e Compliance – Índia

Essa seção descreve as principais áreas das leis de imprensa que você precisa conhecer se for trabalhar na Índia e os passos a seguir para diminuir seus riscos legais durante a produção. Essa não é uma descrição detalhada das leis nem substitui a contratação de um advogado qualificado desde o início do projeto.

Cineastas devem saber que existe uma prática comum na Índia de usar as leis para fins políticos como forma de intimidação. Há uma gama de leis com esse intuito a que pode-se recorrer, sendo elas penais ou civis. Mesmo havendo pouca substância para mandatos ou processos judiciais contra cineastas, jornalistas ou ativistas, é preciso de conhecimento para defender-se contra uma ação dessas e é importante que o cineasta conheça as leis e tenham acesso a um advogado.

Além de todas as leis que os cineastas em todos os lugares devem conhecer, na Índia você também deve ficar a par da lei de sedição. Você também deve saber que as leis relacionadas à difamação, privacidade e desacato são levemente diferentes na Índia. Se você quiser que seu filme seja exibido na Índia, você também precisa estar ciente dos processos e exigências feitas pela Central Board of Filme Classification. Os parágrafos seguintes descrevem os principais elementos.

Se seu projeto mencionar de forma difamatória indivíduos ou empresas que moram ou são de fora do país, é preciso que sejam tomadas precauções relacionadas às leis desses países porque um processo pode ser levado até suas cortes. Isso é algo que acontece especificamente no Reino Unido; Londres tem a reputação de ser a “capital da difamação” do mundo e já permitiram que processos fossem abertos contra jornalistas dos Estados Unidos, Rússia e outros países. Vá até a seção sobre “Turismo de Lei de Difamação” na seção 3.2 acima.

Difamação – Índia

A lei de difamação existe para proteger a reputação de uma pessoa (ou empresa) de declarações difamatórias feitas sobre ela a terceiros sem justificção legal.

Nos Estados Unidos e no Reino Unido, a lei de difamação é classificada de forma diferente do Brasil. Lá, a classificação se diferencia entre declaração falsa e difamatória que é feita por via escrita, e declaração falsa e difamatória feita por via oral. No Brasil, as duas formas de difamação são sobre um crime que a pessoa não cometeu (calúnia) e uma ofensa cara a cara (injúria). Ver leis no Brasil.

Uma declaração é difamatória se dita sobre uma pessoa e publicada por uma terceira, faz outras pessoas pensarem mal da primeira e isso a prejudica. Assim como indivíduos, empresas também podem processar por difamação, até órgãos públicos como departamentos governamentais (apesar de, na prática, geralmente são funcionários públicos que fazem a reivindicação). Na lei da Índia, difamação é uma ofensa criminal, o que significa que o acusado pode ser preso, julgado e, se considerado culpado, pode ter que pagar uma multa ou ser preso por um ou dois anos; e também é uma matéria civil, o que significa que uma pessoa pode ser processada por danos financeiros.

Para uma pessoa entrar com um processo, ela deve provar:

- + que uma declaração foi publicada (ou seja, feita a uma pessoa que não o requerente nem o acusado);
- + que é possível identificá-la;
- + que foi difamatório, o que significa que tende a baixar a reputação da requerente aos olhos da sociedade.

Quando um requerente mostra tudo isso, um juiz pode emitir uma ordem proibindo exibição futura de seu filme até que o processo seja encerrado.

Em um caso difamatório penal, a acusação deve provar, para além de qualquer dúvida razoável, que a ofensa de difamação foi **intencional** ou sem se importar com a verdade. Já em casos cíveis, não importa se uma declaração teve a intenção de ser difamatória, o que interessa é se a declaração é falsa. Na maioria dos casos, também não importa se você está somente republicando uma declaração difamatória de outra pessoa, a republicação em si pode ser considerada difamatória.

A partir do momento em que o requerente mostrou os três elementos citados acima - que a declaração foi publicada, que se referia a ele e é difamatória -, o ônus da prova é do cineasta (como acusado), que tem que provar que a declaração difamatória que aparece no filme é baseada em provas e pode ser comprovada como verdadeira, ou que pode recorrer a outra defesa. Em outras palavras, a pessoa que entra com a ação não precisa provar que a declaração difamatória feita sobre ela é falsa.

Nas leis da Índia, as defesas mais comuns para uma acusação de difamação são a comprovação de que a declaração é verdadeira, se o for, ou que ela foi feita em boa-fé e é de interesse público. No caso de uma acusação de difamação penal, a comprovação de que a declaração é verdadeira se aplica somente se a declaração tiver também interesse público. Por exemplo, se é feita uma alegação difamatória sobre um funcionário público, para esse tipo de defesa ter sucesso é preciso ser demonstrado que a alegação tem relação com as funções de tal funcionário. Se a alegação for sobre a vida privada desse funcionário, como, por exemplo, ele estar cometendo adultério, um juiz pode não se convencer de que publicar essa informação seja de interesse público.

Além disso, há outros tipos de defesa para aqueles que publicam material difamatório em certas circunstâncias, como trâmites na corte ou no legislativo, e quando jornalistas publicam algo que realmente é de interesse público.

Dizer que a declaração já foi mencionada anteriormente em vários lugares não é visto como uma boa defesa. Se você for julgado pela lei cível e for considerado culpado, você provavelmente terá que pagar por danos financeiros (uma boa quantia de dinheiro, dependendo da gravidade da calúnia), além de suas próprias despesas legais. Você provavelmente também terá que pagar pelos custos legais do requerente. Corporações são conhecidas por processos custosos - na base das centenas de crores -, e apesar de geralmente não concederem indenizações muito altas ou punitivas, a possibilidade de acontecer já é preocupante. Se você for processado sobre leis penais de difamação, você pode pegar até dois anos de prisão e ainda ter que pagar uma multa. Tanto para casos cíveis ou penais, seu filme pode ser o objeto de uma injunção antes, durante ou depois do julgamento, levando-o a não ser distribuído.

Esquivar-se de declarações difamatórias não significa perda de liberdade de expressão - veracidade e justiça são aspectos essenciais para um trabalho ético. Sempre pesquise rigorosamente sobre os fatos, assegure-se de que as contribuições sejam editadas com veracidade e justiça e não deturpe a fala de ninguém.

Apesar das leis da Índia não exigirem, é sempre bom dar direito de resposta a pessoa sobre quem você pode potencialmente fazer uma declaração difamatória - quaisquer declarações sobre atos repreensíveis, incompetência ou qualquer outra alegação significativa. Se há uma resposta sobre a declaração, seja ela em forma de entrevista ou escrita, pode fazer ter uma visão positiva sobre o filme.

Como e quando abordar alguém sobre uma declaração deve ser cuidadosamente pensado. É preciso sempre consultar uma assistência legal especializada.

“O processo é a punição”

Uma das razões pelas quais é muito importante que se busque um aconselhamento jurídico assim que um processo judicial de difamação for recebido é que o processo de defesa de tal alegação pode ser muito punitivo. Na Índia, casos de difamação podem durar anos, e é muito comum que um processo seja julgado em cidades a centenas de quilômetros de distância de onde a defesa está, forçando-o a fazer várias viagens e investir tempo, dinheiro e esforço que você deveria estar investindo em seu filme. O fato de que leis penais podem ser usadas como difamação é um obstáculo ainda maior: a ameaça de uma punição penal é muito forte. Um advogado especialista em difamação te ajudará a contornar esses obstáculos e, na medida do possível, facilitar o processo de defender essa acusação.

Privacidade

Na Índia, o direito à privacidade é constitucionalmente protegido. Como cineasta, você também tem o direito à liberdade de expressão. Equilibrar esses dois direitos é o principal para entender a lei da privacidade.

Na maioria dos casos, o ato de filmar alguém é uma violação de sua privacidade. Se você gravar uma pessoa na casa dela provavelmente consistirá em violação de privacidade. Mesmo em um lugar público, se você gravar uma pessoa em um ato privado também pode ser considerado como invasão de privacidade. Algo relacionado com os hábitos sexuais de um indivíduo provavelmente será considerado invasão de privacidade e conteúdo relacionado a seus pensamentos íntimos e vida privada (por exemplo, doenças, diários, cartas, conversas com a família) demandam grande interesse público no conteúdo para que sejam aceitas ou devem ter sido já publicados pela própria pessoa.

Quando colaboradores concordam em aparecer no seu filme e assinam um formulário de liberação de imagem eles estão autorizando ter sua privacidade violada (pelo ato de serem filmados). Quando essa autorização não é dada, você pode estar violando o direito à privacidade daquela pessoa.

Quando um cineasta infringe o direito à privacidade de um indivíduo, o direito deste deve ser garantido. Há somente três exceções possíveis: a primeira é que a pessoa se torne uma figura pública levantando polêmica ou se lançando no centro das atenções públicas; a segunda é que uma informação considerada privada seja baseada em registros públicos; e a terceira é que funcionários do governo não podem alegar direito à privacidade se for relacionado ao exercício de suas funções públicas.

Se você violar a privacidade de alguém, você pode ser processado. Como em outras áreas do Direito, se você não ganhar o processo, você poderá ter que pagar por danos financeiros (que podem ser bastante substanciais) e o júri pode fazer com que seu filme não seja exibido. A lei de privacidade é uma área da legislação onde injunções podem ser emitidas e, em circunstâncias extremas, podem levar seu filme a ficar parado em uma prateleira por um longo período.

Filmagem secreta é o exemplo mais óbvio de infração ao direito de privacidade. Algumas cortes já justificaram a ação, em alguns casos, por ser de interesse público e que a câmera foi utilizada como instrumento de justiça. Porém, tudo que for filmado deve ser verdade e não pode haver armadilhas. Se você está pensando em fazer uma filmagem escondida, leia mais sobre isso na seção 3.2 e saiba que é importante buscar assistência jurídica especializada antes de colocar isso em prática.

Sedição

A Índia tem leis de ordem públicas rígidas que os cineastas devem conhecer, principalmente em relação a sedição, discurso de ódio e prevenção ao terrorismo.

Sedição ié o ato de fazer a população odiar ou desprezar o governo, ou despertar ou tentar despertar descontentamento em relação ao governo. A expressão “descontentamento” inclui deslealdade e qualquer tipo de inimizade. Ela data de era colonial e há clara tensão entre ela e o conceito de democracia – fazer as pessoas desprezarem o governo pode ser dito que é a descrição do trabalho de um político da oposição. Ainda assim, essa lei sobreviveu à era democrática na Índia e em outros países (no Reino Unido, lei de difamação sediciosa foi abolida somente em 2010) e processos são abertos regularmente: contra cartunistas, dissidentes políticos, e até contra cidadãos protestando contra uma usina nuclear em Kerala.

Uma exceção fundamental é que a lei permite crítica às políticas e medidas do governo “para obter alterações por meios legais, sem despertar ou tentar despertar ódio, desprezo ou descontentamento”. As cortes têm se baseado nisso para absolver réus que expressam críticas veementes, mas sem incitar violência ou buscando começar uma revolução – por exemplo, o cartunista citado acima foi eventualmente absolvido. O problema para cineastas (e outros jornalistas) é que o crime ainda existe, e a acusação continua a ser instigada, sendo um cargo pesado para os acusados (com as acusações de difamação, é comum que a sedição seja feita muito longe de onde o réu mora, forçando viagens frequentes). É importante, portanto, que os cineastas evitem problemas e procurem assistência jurídica.

Cineastas da Índia sabem que os sentimentos em relação a religião são fortes. Indivíduos que criticaram (ou foram visto como críticos de) religiões foram presos e grupos lincharam indivíduos acusados de desrespeitar sua religião. Cláusulas específicas do código penal proíbem discurso de ódio contra religiões, definidas como “promover inimizade entre diferentes grupos de países com base na religião, raça, lugar de nascimento, residência, idioma ou outro fundamento”; cometer qualquer ato que seja “prejudicial a harmonia pública”; e “atos deliberados e mal-intencionados com o intuito de ultrajar sentimentos religiosos ou qualquer outra classe insultando sua religião ou crenças religiosas”. Como na sedição, poucas acusações são bem sucedidas, mas são, no entanto, instigadas. Se seu projeto toca de alguma maneira em algum assunto religioso, você deve consultar um advogado.

Os cineastas também devem estar cientes das leis antiterrorismo da Índia, principalmente em Jamu e na Caxemira, e em Jharkand e Chatisgar. Você também deve consultar um advogado se você planeja filmar em um desses lugares, e também traçar um plano de segurança.

Houve uma grande repressão aos grupos armados revolucionários e a todos as pessoas suspeitas de serem simpatizantes desses grupos, o que resultou na prisão de ativistas da sociedade civil. Todo cineasta que pretende fazer um filme sobre esse assunto deve consultar um advogado

O Central Board of Film Certification

Para seu filme ser exibido, ele deve ser certificado pelo Central Board of Film Certification. Esse órgão tem fama de dificultar a vida de um documentário. Em 2014, o órgão se recusou a certificar o documentário “*No Fire Zone*”, sobre a guerra civil do Sri Lanka. O filme já tinha ganhado vários prêmios internacionais, inclusive em festivais de cinema sobre Direitos Humanos, mas o órgão se recusou a dar o certificado, declarando que o filme “prejudicaria a relação amigável” entre a Índia e o Sri Lanka.

De acordo com o Cinematograph Act de 1952, o conselho pode se recusar a certificar um filme se considerar que ele vá contra os interesses da soberania, integridade ou segurança do Estado, de relações amigáveis com outros Estados, a ordem pública, a decência ou a moral, se envolver difamação ou desacato à corte ou se for incitar à prática de uma infração. O conselho também pode orientá-lo a cortar ou mudar partes do filme que considere contrárias a quaisquer desses interesses; também pode exigir que você consiga autorizações de pessoas que aparecem no filme ou podem emitir um certificado restrito.

As decisões do conselho podem ser recorridas em um tribunal, e há registros de documentaristas que conseguiram revogar as decisões do órgão desse jeito. Não é preciso dizer que será necessária a assistência de um advogado.

A equipe por trás do filme “Um homem insignificante” conseguiu a revogação depois de significativa pressão internacional e assistência jurídica. Quando a equipe solicitou um certificado de censura, o Central Board of Film Certification pediu para que os cineastas obtivessem um certificado de “nenhuma objeção” do primeiro-ministro Narendra Modi, da antiga chefe de governo de Déli, Sheila Dixit, e do protagonista, Arvind Kejriwal, e que retirassem os nomes de parlamentares e dos políticos do Partido do Povo Indiano (BJP). Isso era inaceitável para os cineastas, que recorreram ao tribunal, que decidiu a favor deles, enfatizando que “requerer certificados de ‘nenhuma objeção’ de personalidade públicas acabaria com o cinema documentário, tornando a gravação de um documentário sobre o cenário político impossível”.

“Fair use”/ “Fair dealing”

É preciso obter autorização se você for utilizar trabalhos de terceiros. Porém, em circunstâncias especiais, você pode se utilizar das leis de “fair use” ou de “fair dealing”. Na lei da Índia, “fair dealing” é permitida para fins de uso privado, incluindo pesquisa, crítica ou revisão, ou para o relato de eventos e acontecimentos atuais. Na Índia, como em qualquer outro lugar, essa é uma área do Direito que está em construção.

Pontos de Discussão Sugeridos:

Há algum risco de você ser acusado por difamação ou sedição?

Você conferiu todos os fatos para se certificar de que tem provas suficientes?

O seu trabalho viola a privacidade de indivíduos – você tem uma justificativa legal adequada para esses casos?

Você está fazendo registro dos materiais com direitos autorais para conseguir esses direitos ou fazer uso de alguma lei de exceção de direitos autorais?

Você precisa de ajuda jurídica com contratos para colaboradores e equipe?

3.6 Jurídico e Compliance – Brasil

Essa seção descreve as principais áreas das leis de imprensa que você precisa conhecer se for trabalhar no Brasil e os passos a seguir para diminuir seus riscos legais durante a produção. Essa não é uma descrição detalhada das leis nem substitui a contratação de um advogado qualificado desde o início do projeto.

O ambiente legal e político para cineastas independentes foi deteriorado desde que Jair Bolsonaro assumiu a presidência. Houve uma forte ênfase em impor uma segurança pública à custa da proteção dos Direitos Humanos. Violência policial tornou-se um problema ainda maior do que já era e o estado de direito está em declínio. As autoridades têm muito pouca tolerância quanto a críticas e a liberdade de imprensa não é respeitada. Houve violência e prisões motivadas por questões políticas, incluindo de jornalistas e ativistas. Se seu projeto tocar em tópicos delicados, como crime, narcotráfico ou direitos ambientais ou fundiários sobre os quais Bolsonaro implantou políticas controversas, ou se você pretende filmar protestos públicos, você deve tomar precauções legais e de segurança.

As principais áreas da legislação que os cineastas no Brasil precisam entender são difamação, privacidade e direitos autorais. Você deve saber que difamação e divulgação de informação confidencial são crimes passíveis de prisão e/ou multas, apesar de, na prática, a maioria dos casos ser julgado sob leis civis, que dá a possibilidade de o requerente receber compensação financeira. Seu filme pode ser interdito, o que significa que ficaria esquecido em uma prateleira, esperando o resultado do caso.

Observe que se seu projeto incluir cobertura potencialmente difamatória de indivíduos ou empresas do exterior, deve-se atentar às leis destes países, pois os processos provavelmente serão abertos em tais locais. Isso é algo que acontece especialmente no Reino Unido; Londres tem a reputação de ser a “capital da difamação” do mundo e já permitiram que processos fossem abertos contra jornalistas dos Estados Unidos, Rússia e outros países. Vá a seção sobre “Turismo de Lei de Difamação” na seção 3.2 acima.

Difamação, calúnia e injúria

A lei de difamação existe para proteger a reputação de uma pessoa (ou empresa) de declarações difamatórias feitas sobre ela a terceiros sem justificativa legal. Na lei brasileira, a difamação é uma infração penal e pode ser julgada conforme a lei civil. Conforme o Código Penal, penas de prisão e uma multa são possibilidades (apesar de prisão ser raramente aplicada) e pode haver envolvimento da polícia; no direito civil, o requerente pode receber compensação financeira e é a alegação da pessoa de que foi difamada que persegue o caso, não a polícia ou advogados do Estado. Na prática, a maioria dos casos são julgados sob o Código Civil.

Há três cláusulas no Código Penal brasileiro que falam sobre difamação: o artigo 138 proíbe a calúnia; o artigo 139 proíbe a difamação; e o artigo 140 proíbe a injúria.

É entendido como ofensa penal de calúnia quando se acusa intencionalmente alguém de ter cometido um crime. Um exemplo de condenação por calúnia: quando um jornal acusou um juiz de ter ameaçado seus funcionários com multas e prisões, mas não conseguiu provar essa acusação. Em outro caso, houve falsas alegações de fraude nas eleições. A única defesa para uma acusação de calúnia é a verdade: a pessoa fazendo tal alegação deve conseguir comprovar que ela é verdadeira.

O crime de calúnia é cometido quando uma declaração falsa é feita sobre uma pessoa com intenção de fazer dano na reputação de outrem. Um exemplo de declarações que foram consideradas difamatórias foi um jornal que acusou um prefeito de não ser transparente em relação a procedimentos orçamentários municipais; e uma acusação em outro jornal de que um prefeito era “mentalmente perturbado”. Mas para um processo criminal de difamação ser aceito em um tribunal, a polícia/ a acusação deve mostrar que

houve intenção por parte do cineasta de difamar, e isso pode ser muito difícil de provar a não ser que haja uma evidência clara. A defesa de “verdade” está disponível somente se a pessoa sobre quem a declaração é feita for um servidor público e se as críticas forem sobre o exercício de suas funções públicas.

O crime de injúria é cometido quando uma declaração feita ofende a honra e a dignidade de uma pessoa. Pode ser pelo simples uso de palavras que expressem uma imagem negativa e que ofenda a imagem de alguém. Apesar de haver uma defesa de interesse público baseada no direito de liberdade de expressão constitucional, isso não se relaciona ao que é chamado de “insultar ou xingar”. Por exemplo, uma matéria de jornal que descreveu um candidato a um cargo político como “hipócrita” e “falso moralista” foi considerada como crime de injúria porque foi considerado que houve intenção de ofender e não de fazer uma crítica de interesse público. Em outro caso, um jornalista foi condenado por se referir ao prefeito local como “canalha”: o tribunal considerou que o ato foi além do que a liberdade de expressão permite. Por outro lado, chamar um oponente político de egoísta e oportunista foi visto como uma crítica legítima dentro da Constituição. Do mesmo jeito, se referir a um político eleito como “incompetente” e “incapaz de cumprir o exercício de suas funções” não foi considerado injurioso porque não houve intenção de se causar injúria, mas de instigar debate público.

Agora, observe alguns exemplos de declarações potencialmente difamatórias, caluniosas ou injuriosas:

- + Donald cometeu um ato criminoso;
- + Hillary é mentirosa, desonesta e cometeu atos fraudulentos;
- + Donald recebeu propina; Donald tentou subornar Hillary;
- + George roubou de Bill; Bill é um ladrão;
- + Hillary é violenta e abusiva de alguma maneira;
- + Barack destruiu a propriedade de George;
- + Ronald é traficante de drogas, usuário de drogas ou, simplesmente, “envolvido com” drogas;
- + Harry é um hipócrita;
- + Gerald está falido ou quase falido.

É considerada uma circunstância agravante, em relação a casos de calúnia, injúria ou difamação, se a ofensa for cometida contra um agente público, o presidente ou uma pessoa idosa ou portadora de deficiência, ou se há elementos de discriminação contidos na alegação (por exemplo, se a declaração difamatória faz referência a etnia ou religião de uma pessoa).

Nesses casos, a acusação deve provar que houve intencionalidade, o que pode ser uma grande dificuldade. Por exemplo, um jornalista que relatou que ocorreram trâmites não corretos em uma instituição de ensino foi absolvido porque o tribunal considerou que o intuito foi de informar a população, e não difamar.

Sob a lei civil, uma pessoa pode abrir um processo de difamação, calúnia ou injúria independente de ter sido apresentado um processo penal. Há uma prática comum de agentes públicos e até mesmo de juízes que intentam ações de indenização muito altas por perdas e danos. Empresas também podem entrar com processos. Devido ao lento sistema judiciário do Brasil, os casos tendem a levar anos para serem resolvidos, deixando a ameaça de perdas e danos pairando sobre a cabeça do acusado.

Evitar uma declaração difamatória não significa não ter liberdade de expressão – justiça e veracidade são essenciais para se ter uma filmagem ética.

Se seu filme alegar algo potencialmente difamatório sobre algum indivíduo ou empresa e você for processado, as duas defesas mais comuns são: (1) a verdade da declaração, se for verdadeiro; ou (2) que a declaração constitui crítica legítima de interesse público.

Além disso, há outras defesas para aqueles que publicam materiais difamatórios em algumas circunstâncias, como em procedimentos feitos no tribunal ou no parlamento, e quando jornalistas reportam esses procedimentos de forma justa e precisa.

A seguir, observe alguns pressupostos comuns que não constituem defesas para um processo de difamação, injúria ou calúnia:

- + **Eu não quis difamar X, foi um acidente.** É possível difamar alguém por negligência ou intencionalmente. Também pode ocorrer por imagens e palavras justapostas de um jeito que você deveria saber que isso poderia acidentalmente difamar alguém.
- + **Eu não mencionei X pelo nome.** Se for possível identificar a pessoa, ela pode processar.
- + **Eu só repliquei o que outra pessoa me disse, mas não acredito, necessariamente, no que estão dizendo.** Na maioria dos casos, uma pessoa replicando uma declaração difamatória está tão cabível a ser processado quanto a que falou originalmente.
- + **A declaração foi feita em tom de piada, é óbvio que não queríamos falar isso/ foi uma declaração satírica.** Apesar de haver uma exceção para sátiras, se ela for entendida como crítica pública legítima, essa é uma exceção restrita que deve permanecer entre os limites do que uma pessoa entenderia como aceitável. O que importa é como os leitores, espectadores e ouvintes vão entender tal declaração.
- + **A declaração já foi publicada em outro lugar (na internet, em jornais, em alguma rádio) e todos sabem que é verdade.**
- + Publicação prévia não é uma defesa que será aceita pelos tribunais.

Sempre que forem feitas alegações potencialmente caluniosas, injuriosas ou difamatórias – quaisquer alegações de irregularidade, incompetência ou outra alegação significativa -, é de bom uso dar direito de resposta ao objeto da alegação. Havendo uma resposta, seja por entrevista ou por escrito, isso é refletido positivamente em seu filme.

Como e quando abordar alguém sobre uma declaração deve ser cuidadosamente pensado. É preciso sempre consultar uma assistência legal especializada.

Privacidade/Interesse público

A Constituição brasileira reconhece que os indivíduos têm direito a sua privacidade. Como cineasta, você também tem direito à liberdade de expressão. Equilibrar esses dois direitos é o mais importante para compreensão da lei de privacidade.

Há vários tipos de reivindicação à privacidade. Alguns exemplos são: divulgação pública de fatos privados; invasão de privacidade sob falsa luz (mostrar alguém em falsa luz); invasão de assuntos pessoais; apropriação indevida do nome ou aparência de terceiros. Você deve saber que a divulgação de informação pessoal é uma ofensa criminal, a menos que haja interesse público.

Na maioria dos casos, o ato de filmar alguém é uma violação de sua privacidade; as leis brasileiras garantem forte proteção ao uso de imagem dos indivíduos. Se você filmar alguém em sua casa provavelmente será considerado como violação da privacidade. Mesmo em um lugar público, se você gravar uma pessoa em um ato privado também pode ser considerado como invasão de privacidade. Algo relacionado com os hábitos sexuais de um indivíduo provavelmente será considerado invasão de privacidade e conteúdo relacionado a seus pensamentos mais íntimos e vida privada (por exemplo, doenças, diários, cartas, conversas com a família) devem demandar grande interesse público para que sejam aceitas ou já devem ter sido publicados pela própria pessoa.

Quando colaboradores concordam em aparecer no seu filme e assinam um formulário de liberação de imagem eles estão autorizando ter sua privacidade violada (pelo ato de serem filmados). Quando essa autorização não é dada, você pode estar violando o direito à privacidade daquela pessoa.

Quando um cineasta infringe o direito à privacidade de um indivíduo, o direito daquele deve ser garantido, seja pela autorização do indivíduo ou porque é de *interesse público*.

Como em outras áreas do Direito, se você não ganhar o processo, você poderá ter que pagar por danos financeiros (que podem ser bastante substanciais) e o júri pode fazer com que seu filme não seja exibido. A lei de privacidade é uma área do Direito onde injunções podem ser emitidas e, em circunstâncias extremas, podem levar seu filme a ficar parado em uma prateleira por um longo período.

Filmagem secreta é o exemplo mais óbvio de infração ao direito de privacidade. Em alguns casos, isso pode ser considerado como *interesse público*. Se você está pensando em fazer uma filmagem escondida, é importante buscar assistência jurídica especializada antes de colocar isso em prática. Por favor, veja a seção anterior, sobre “Filmagem secreta”, para mais informações.

Exceções ao direito autoral

Direitos subjacentes em direitos autorais de terceiros devem ser licenciados ou deve-se obter uma autorização.

Você deve ficar ciente de que, ao contrário de nos Estados Unidos e no Reino Unido, a lei do Brasil não reconhece os conceitos de “fair use” e “fair dealing”. Em vez disso, a lei lista algumas limitações nos direitos dos autores, em que você pode se apoiar se for contestado (inclusive em processos de litígio). A lista inclui os seguintes itens:

- + A reprodução de uma matéria de jornal, incluindo o nome do autor;
- + A reprodução de discursos feitos em eventos públicos;
- + A citação de uma passagem com o propósito de crítica ou debate, dizendo o nome do autor;
- + A reprodução de trechos que não afetam negativamente a exploração normal do trabalho ou causem algum dano ao interesse dos autores;
- + Paráfrases e paródias, contanto que não sejam representações reais ou tirem o crédito do trabalho original.

Qualquer material que contenha direitos autorais que estejam em exibição permanente em locais públicos pode ser filmado livremente.

Se você estiver considerando se apoiar em uma dessas exceções, você deve buscar assistência de um advogado qualificado.

Pontos de Discussão Sugeridos:

Há algum risco de você ser acusado de calúnia/difamação/injúria?

Você conferiu todos os fatos para se certificar de que tem provas suficientes?

O seu trabalho viola a privacidade de indivíduos – você tem uma justificativa legal adequada para esses casos?

Você está fazendo registro dos materiais com direitos autorais para conseguir esses direitos ou fazer uso de alguma das exceções de direitos autorais listadas

Você precisa de ajuda legal com contratos para colaboradores e equipe?

3.7 Recursos de Segurança Jurídica

Assistência jurídica de emergência para jornalistas/cineastas.

Assistência jurídica de emergência para jornalistas e cineastas. As listas a seguir mostram as mais proeminentes organizações que oferecem assistência jurídica de emergência para jornalistas.

Global

- + O Committee to Protect Journalists oferece defesa e um apoio de resposta rápida para jornalistas que estão feridos, presos ou foram forçados a fugir por causa de seu trabalho.
<https://cpj.org/emergency-response/how-to-get-help.php>
- + A International Federation of Journalists' Safety Fund é uma ajuda para jornalistas em dificuldade ou sob ameaça que pode providenciar assistência para ajudar a pagar os advogados:
<https://www.ifj.org/donate.html>
- + A International Women's Media Foundation tem um fundo de emergência através do qual fornecem a jornalistas mulheres apoio em momentos de crise, incluindo assistência jurídica:
<https://www.iwmf.org/programs/emergency-fund/>
- + A Assistance Desk of Reporters Without Borders (RSF) oferece assistência financeira e administrativa aos jornalistas que foram vítimas de represálias por causa de suas denúncias, incluindo o pagamento de seus gastos legais: <https://rsf.org/en/individual-support>
- + A Doha Center for Media Freedom, baseada no Catar, oferece financiamento para ajudar jornalistas a encontrar e pagar advogados: <https://www.dc4mf.org/en/programmes/assistance/advocacy/>

Eua /Canadá

- + US Reporters Committee for Freedom of the Press fornece representação e outros recursos legais gratuitos para proteger os direitos dos jornalistas: <https://www.rcfp.org/what-we-do/>
- + A Cardozo Indie Film Clinic oferece serviços jurídicos gratuitos para cineastas que estejam produzindo filmes independentes ou documentários, para alunos de cinema e para artistas que prestam serviços em filmes e documentários independentes:
<https://cardozo.yu.edu/clinics-professional-skills/clinics/indie-film-clinic>
- + A Volunteer Lawyers for the Arts oferece acesso a dedicados representantes jurídicos que são focados em programas educacionais para artistas, inclusive cineastas: <https://vlany.org/>
- + A US Society of Professional Journalists tem um fundo de defesa legal que pode ser utilizado para oferecer a jornalistas assistência jurídica ou financeira: <https://www.spj.org/ldf.asp>
- + A Press Freedom Defense Fund, com base nos Estados Unidos, fornece apoio jurídico essencial para jornalistas que estão sendo alvo de figuras poderosas por tentarem trazer à luz informações consideradas de interesse público e necessárias para o funcionamento da democracia:
<https://www.pressfreedomdefensefund.org/>
- + O programa da Canadian Journalists for Free Expression, Journalists in Distress (jornalistas em dificuldade), oferece assistência humanitária a jornalistas ao redor do mundo cujas vidas e bem-estar estão ameaçados por causa de seu trabalho, e também pode ajudar a cobrir os custos legais:
https://www.cjfe.org/journalists_in_distress_fund
- + Com sua base no Canadá e criada por um jornalista que foi preso no Egito, a Fahmy Foundation oferece assistência financeira e jurídica para jornalistas que estão em perigo, inclusive defesa:
<http://www.fahmyfoundation.org/resources-advocacy.html>

Reino Unido

- + Com sede em Londres, mas com sócios ao redor do mundo, que são advogados especialistas em lei de imprensa, a Media Legal Defence Initiative pode te ajudar a encontrar e pagar por um

advogado se você estiver sendo processado ou tiver sido atacado e precisa de um advogado:

<https://www.mediadefence.org/get-help>

- + A Rory Peck Trust, do Reino Unido, fornece financiamento a jornalistas freelancers que estejam em crise e também às suas famílias, incluindo pagar por seus custos legais:

<https://rorypecktrust.org/freelance-assistance/Assistance-Grants>

Europa

- + A Free Press Unlimited, localizada na Holanda, comanda um fundo de defesa jurídica que oferece apoio a jornalistas que enfrentam perseguições ou aprisionamento e que não tem como pagar um advogado ou os custos de um julgamento: <https://www.freepressunlimited.org/en/safety-for-journalists/legal-defense-fund-for-journalists>
- + A International Media Support, organização dinamarquesa, comanda um fundo de segurança que fornece apoio imediato, inclusive cobrindo os custos de um advogado, a jornalistas que se tornaram vítimas devido a seu trabalho: <https://www.mediasupport.org/what-we-do/safety-for-journalists/#safety-fund>
- + A Journalists help Journalists, localizada na Alemanha, oferece assistência de emergência a jornalistas, incluindo cobrindo seus custos legais: <http://journalistenhelfen.org/english/>
- + A Mass Media Defence Centre, baseada na Rússia, oferece assistência jurídica a jornalistas em perigo: <https://mmdc.ru>

Aqui estão algumas das mais importantes organizações internacionais de defesa dos Direitos Humanos que podem ajudar com assistência jurídica:

- + A Frontline Defenders oferece apoio financeiro ágil e prático, incluindo ajuda para pagar custos legais para defensores dos Direitos Humanos que estão em risco: <https://www.frontlinedefenders.org/en/programme/protection-grants>
- + A Freedom House pode fornecer assistência emergencial para defensores dos Direitos Humanos, incluindo financiamento para sua defesa: <https://freedomhouse.org/program/emergency-assistance-programs>
- + A organização internacional Federation for the Protection of Human Rights (ou FIDH) possui um fundo emergencial para defensores dos Direitos Humanos que estejam em risco, que pode oferecer apoio para assistência jurídica: <https://www.fidh.org/en/issues/human-rights-defenders/financial-support/grant-application-for-human-rights-defenders-at-risk>
- + A organização francesa Agir Ensemble pour les Droits de l'Homme tem um fundo de emergência para defensores dos Direitos Humanos em perigo, e pagam por seus custos legais: <http://www.aedh.org/en/home/what-we-do/emergency-fund-for-human-rights-defenders>
- + A Urgent Action Fund for Women's Human Rights oferece assistência emergencial, inclusive cobrindo custos legais, para mulheres que sejam defensoras dos Direitos Humanos e estejam correndo perigo: <https://urgentactionfund.org/apply-for-a-grant/>
- + A Euro-Mediterranean Human Rights Foundation oferece assistência emergencial, inclusive cobrindo custos legais, para defensores dos Direitos Humanos que estejam correndo perigo: <http://emhrf.org/urgent-grants/>
- + The East and Horn of Africa Human Rights Defenders Project oferece assistência emergencial, inclusive encontrando um advogado e cobrindo custos legais, para defensores dos Direitos Humanos da região que estejam correndo perigo: <https://www.defenddefenders.org/get-help/>
- + A World Organisation Against Torture oferece assistência emergencial, inclusive cobrindo custos legais, para defensores dos Direitos Humanos que estejam correndo perigo: <http://www.omct.org/human-rights-defenders/financial-support/>
- + A MADRE, organização que luta pelos direitos das mulheres, oferece ações de resposta à crise para defensoras dos Direitos Humanos, financiando assistência legal emergencial para defensoras dos Direitos Humanos sob ameaça: <https://www.madre.org/grantmaking>

Centros de coordenação de trabalho:

- + A Cardozo Law tem uma [Clínica de Filmes Independentes](#) m Nova York onde você pode solicitar a ajuda gratuita, apoiada pela Laurie M. Tisch Illumination Fund.
- + i-Probono, uma organização global, mas que tem seu ponto forte no sul da Ásia, conecta indivíduos e organizações da sociedade civil a advogados. Eles têm histórico em fornecer defesa legal a jornalistas e documentaristas: <https://www.i-probono.com/about-us>
- + International Senior Lawyers Project, que tem um programa de especialização em advogados do entretenimento: <http://islp.org/>
- + Global Network for Public Interest Law (PILNet), que tem um cento coordenador de advogados “pro bono” global, e também programas específicos na China, Hungria e Rússia: <https://www.pilnet.org/public-interest-law/contact-public-interest-law-institute.html>
- + A TrustLaw, um programa de advocacia “pro bono” global dirigido pela Thomson Reuters Foundation: <http://www.trust.org/trustlaw/>

Guias Jurídicos

[The Law Offices of Mark Litwak and Associates: A Basic E&O Checklist](#)

[Indiewire - A Guide to E&O Law](#)

[Desktop Documentaries - Guide to Different Types of Insurance](#)

[Rory Peck Trust - Insurance for Journalists Guide](#)

[Channel 4 - Media Law Book](#)

[Media Defence - Manual on EU Defamation Law](#)

[Fair Use, Free Speech & Intellectual Property - CMSI guide](#)

[Mapping the Documentary-Journalism Landscape - Jonathan B. Murray Center for Documentary Journalism](#)

[Reporters Committee for the Freedom of the Press \(US\)](#)

Blogs Jurídicos

[Penn Law - Docs & The Law Blog](#)

[Zoom In - Legal Online Magazine for Film and TV \(Abbas Media Law\)](#)

Casos de Estudo Jurídicos

[Filmmaker of CRUDE has footage subpoenaed by Chevron](#)

[The subject of QUEEN OF VERSAILLES sues for defamation](#)

[Gun rights group sues Katie Couric and filmmakers for defamation](#)

[Lily Tomlin claims damages against Nick Broomfield](#)

3.8 Recursos de Treinamento Jurídico para Cineastas

Treinamento Jurídico

Faculdades de Direito como Yale e Penn estão oferecendo cada vez mais matérias sobre mídia visual e documentário para seus estudantes de Direito. E os cursos de MA de documentário incluem, geralmente, um componente legal.

O Media Law Resource Center oferece treinamentos ocasionais para jornalistas.

[Media Law Resource Center one day training](#)

Se você conhece algum curso ou workshop de Direito para documentaristas, informe-nos: contribute@safeandsecure.film

Seção 4.

Locais de Alto Risco

A definição de “ambiente hostil” é, geralmente, adotada para Locais em países estrangeiros que apresentam desafios específicos, tais como conflitos e/ou violência. **Entretanto**, deve-se ressaltar que ambientes hostis podem ocorrer *em* qualquer país e não envolvem necessariamente guerra e conflito convencionais.

A definição de “ambiente hostil” é, geralmente, adotada para locais em países estrangeiros que apresentam desafios específicos, tais como conflitos e/ou violência. Entretanto, deve-se ressaltar que ambientes hostis podem ocorrer em qualquer país e não envolvem necessariamente guerra e conflito convencionais. Filmagens em um “estado paralelo”, onde a vigilância pode ser constante, ou em uma manifestação nacional ou conflito civil violento e imprevisível, onde as tensões podem alcançar altos níveis, especialmente em uma área vulnerável, apresentam os mesmos riscos e benefícios de um planejamento afim.

Para atenuar os riscos, uma avaliação de riscos (um link para uma do The Rory Peck Trust está disponível ao final desta seção) deve ser preenchida a cada filmagem feita por você e sua equipe para sua própria referência. Um ponto crucial da avaliação de riscos é a análise do local de filmagem, utilizando-se dos conhecimentos de pessoas influentes, ONGs locais, entre outros ligados ao projeto, para antecipar os riscos que vocês podem enfrentar em quaisquer locais, sejam eles riscos físicos, materiais ou a outros. É também essencial uma avaliação cuidadosa do atual nível de experiência da equipe (de produtores a câmeras, ajudantes, motoristas e intérpretes), observando, com antecedência, como eles trabalham em locais de alto risco.

Lembre-se: o fato de trabalhar com membros da equipe que já trabalharam em outros projetos de alto risco não necessariamente significa que estes vão trabalhar com tanta segurança quanto novos membros da equipe, que talvez sejam mais cuidadosos. Ter isso em mente pode ajudar ainda mais a mitigar riscos desnecessários em campo. A parte chave de avaliação de risco é desenhar no local os conhecimentos dos fixers, ONGs locais, e de outros conectados ao projeto para antecipar os riscos que você possa enfrentar em qualquer uma de suas localidades podendo ser risco físico, risco de dados ou risco de outros.

Também é crucial avaliar cuidadosamente o nível atual de experiência de sua equipe (dos produtores aos câmeras, fixers, motoristas e tradutores), observando a sensibilidade de sua abordagem ao trabalhar em locais de alto risco com antecedência. Só porque você está trabalhando com membros da equipe que já trabalharam em muitos projetos de alto risco, não significa que eles trabalharão com mais segurança que os membros mais novos da equipe, que podem ser mais cautelosos.

Um Protocolo de Filmagem Hostil completo ajudará você a identificar potenciais perigos e ameaças; antecipar e avaliar os riscos apresentados por essas ameaças; gerenciar e mitigar esses riscos; e colocar em prática um plano de ação viável. Você pode ler mais sobre como preparar um **Protocolo de Filmagem Hostil** e baixar o Modelo de Protocolo de Filmagem Hostil Seguro + Protegido [aqui](#).

Pontos de Discussão Sugeridos:

Quais são os riscos que você e sua equipe esperam encontrar?

A quais riscos sua produção pode ser exposta a?

Quais as suas estratégias de mitigação?

Como você classifica a experiência e a vulnerabilidade da sua equipe para trabalhar em locais de alto risco?

Alguém da equipe já esteve nos locais de risco no projeto? Quais foram as percepções?

Qual a importância de um membro da equipe falar a língua local?

Como as decisões serão tomadas? Por consenso? O grupo respeitará as ressalvas feitas pelos mais cautelosos? A equipe terá um líder que dará a última palavra?

4.1 Treinamento

Antes de embarcar nas filmagens em uma localização de alto risco, avaliar as necessidades de um treinamento especializado para os membros de sua equipe, de acordo com as situações que devam enfrentar, é uma parte importante de qualquer planejamento – sejam eles da antiga ou novatos. O treinamento para ambiente hostil ou de alto risco deve abranger os seguintes elementos: avaliação de risco de uma ampla variedade de situações com os respectivos planos de contingência (sejam elas sequestro, acidentes, terrorismo, entre outras), mais outras formas de treinamento, tais como primeiros socorros, planejamento, preparação e risco, reação a ameaças armadas, equipamentos de segurança, trabalho em multidões, ocultação de identidade, abdução, ocultação de câmeras e/ou rádio microfones, material bruto e informações, minas terrestres, atitudes perante suborno e outros imprevistos.

Outras habilidades imprescindíveis que quase nunca são ensinadas em treinamentos ao estilo militar para ambientes hostis são segurança digital, prevenção e resiliência a estupro, resiliência e trauma emocional, direção defensiva, segurança cibernética, negociação/estabelecimento verbal de limites com grupos hostis, manifestações populares.

Opções de treinamento para equipes baseadas nos Estados Unidos ou Reino Unido estão disponíveis ao final desta seção.

Pontos de Discussão Sugeridos:

Você e a sua equipe precisam de treinamento para atuar em ambiente hostil ou algum outro? Se você já fez o treinamento, uma atualização seria benéfica?

Seria vantajoso para a equipe (re)fazer o treinamento juntos?

4.2 Perfis de Riscos

Não é sobre sua percepção de si mesmo, mas a percepção das pessoas a seu respeito. Tenha consciência da sua imagem e presença online, e considere qualquer afiliação anterior, trabalhos e avaliações que podem comprometer sua segurança. As mesmas questões se aplicam aos que vão acompanhá-lo, inclusive os ajudantes, intérpretes e motoristas. Para cineastas do sexo feminino, por favor veja [estas](#) dicas de segurança oferecidas por Judith Matloff à Columbia Journalism Review.

Pontos de Discussão Sugeridos:

Existe algum risco acrescido a qualquer um da equipe resultante de gênero, raça, idade, etnia, sexualidade, crença religiosa, nacionalidade, deficiência ou alguma outra razão? E quanto aos acompanhantes, e em que medida seu perfil pode afetá-los?

Nomeie e descreva os perfis de riscos para cada membro da equipe (inclusive, ajudantes, intérpretes e motoristas).

Nesta escala, quais as probabilidades de cada risco?

1 = Um pouco maior que as chances de o inferno congelar

5 = Honestamente, as chances são altas

10 = Certamente um desfecho esperado

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Que medidas serão tomadas para reduzir as chances ou a gravidade?

Você sabe quem pode ser afetado se você for sequestrado e quais as contingências caso isso aconteça? (muitos governos não pagam resgates).

4.3 Freelancers Fixos e Contratados no Local

Lembre-se de que as pessoas com as quais você trabalha podem oferecer-lhe riscos e vice-versa. Escolha seus colegas com cautela e responsabilize-se pela segurança deles como se fossem parte da equipe.

Para a própria segurança deles, seus quebra-galhos e/ou motorista talvez não precisem saber detalhes sobre o projeto, mas devem saber os riscos que estão correndo. Converse com eles sobre medidas de segurança e as consequências de se meterem em problemas.

Pontos de Discussão Sugeridos:

Quais riscos do projeto estão relacionados à equipe de apoio local contratada?

Quais credenciais e experiências do intérprete/motorista/ajudante local qualificam-no para essa tarefa?

Conheça as pessoas com quem você irá trabalhar e depositar sua confiança. Você confia nelas?

Quais os riscos de trabalharem com você tanto durante as filmagens quanto depois do lançamento? Isso foi discutido e trazido ao conhecimento deles?

Você identificou onde poderia buscar ajuda caso um deles fosse preso, ferido ou atacado?

Qual sua predisposição para libertá-los da prisão, substituir carros ou equipamento danificados ou pagar por cuidados médicos?

Você oferecerá a eles equipamentos de segurança?

Pedirá que assinem renúncias e isenções de responsabilidade?

4.4 Protegendo Material Bruto e Documentos

Viajar com material bruto e documentos é sempre um risco. Garantir que as gravações, documentos, anotações e outros materiais cheguem com segurança a outro país sem serem danificados, copiados ou confiscados é primordial. Pense em como fará isso e em um segundo plano se algo for confiscado. Nesse momento, é importante voltar à Seção 1, em Segurança Digital, e registrar o que é necessário como um todo versus o que é necessário de locação para locação.

Pontos de Discussão Sugeridos:

Dados os riscos que seu projeto pode enfrentar, qual a melhor maneira de manter seu material bruto a salvo e com cópias de segurança enquanto na locação?

Há riscos de levar seu material para fora do país/locação e estes serem confiscados, copiados ou usados para incriminar você, sua equipe de apoio ou participantes? Se houver, como esses riscos podem ser mitigados?

4.5 Equipamentos de Proteção Pessoal

Certifique-se de quais equipamentos de segurança irá precisar. Podem ocorrer situações eventuais em sua locação, portanto, é importante pensar antes nos equipamentos necessários para proteger você e sua equipe de fatores ambientais. Vocês estarão em uma zona de guerra, vulneráveis a poeira, gás lacrimogêneo ou mesmo desabamento de infraestrutura? Estarão em uma locação sujeita a alagamento ou clima extremo? Dê um passo atrás e avalie seu corpo e sentidos (tato, paladar, visão, audição) e pense no que pode precisar para a sua proteção e de sua equipe nas condições às quais estarão expostos.

Nota: vestir equipamentos de proteção pessoa podem aumentar assim como diminuir o seu perfil de risco. Pense cuidadosamente antes de usar abertamente um colete à prova de balas, capacetes, máscaras e respiradores. Fazer isso fará de você um alvo? Quais são as normas no local?

Pontos de Discussão Sugeridos:

Quais os equipamentos necessários para as situações que possam vir a enfrentar (incluindo ajudantes e motoristas)? Exemplos: colete à prova de bala, óculos anti-gás lacrimogêneos, capacete, máscaras, protetores auriculares etc

Como irá obtê-los?

Quais os riscos de obter esses equipamentos na locação?

Quais os riscos de viajar com esses equipamentos? É legal/aconselhável levá-los?

4.6 Riscos de Viagem e Alojamento

Logística de Viagem

Pense em como chegará ao seu destino e nas viagens dentro do país. Precisar de um visto para entrar no país? Em caso positivo, ter um visto de jornalista, em vez de um de turista, o coloca em um risco maior? Em geral, é preferível ter um visto oficial de jornalista, legitimando o uso de canais oficiais para livrar você e sua equipe de uma situação se algo der errado. Porém, em alguns casos, isso pode atrair mais atenção (em forma de guarda-costas ou algo similar) para a produção que o desejável.

Planeje seu itinerário com calma e pesquise os meios mais seguros de viajar. Acidentes de carro são, claro, riscos proeminentes em todo o mundo, não só em países em desenvolvimento. Certifique-se de que seu carro está em perfeitas condições e bem equipado, com estepes, água, lanternas e óleo (às vezes, o mais óbvio é o menos notado). Não conte com o transporte público, sempre que possível. Tente sempre estar no controle dos meios de locomoção. Cheque sua rota com cuidado e encontre um motorista que seja prudente, experiente e que tenha os conhecimentos do idioma necessários e que não seja de nenhuma etnia ou grupo político que possa colocar toda a equipe em perigo em relação a grupos hostis. Verifique também se há algum evento relevante, não relacionado à sua empreitada, que possa afetar a sua viagem (por exemplo, uma greve, um dia de celebração ou feriado).

Tenha sempre um plano de fuga, já que as condições no local podem mudar ou você talvez não se sinta confortável com o plano inicial. Coloque a segurança à frente dos custos!

Se a viagem é para outro país, talvez seja aconselhável que você registre a chegada na embaixada ou no consulado do seu país que estiver mais perto de você. Você precisa decidir se está acima ou abaixo do radar. Antes de decidir, pergunte a outras pessoas que estejam trabalhando na área. Há vantagens e desvantagens em cada abordagem. Saiba sempre como irá contatar diplomatas em caso de emergência.

Pontos de Discussão Sugeridos:

Considere os riscos envolvidos nos seus planos de viagem, tanto por transporte aéreo como terrestre, e quais medidas serão tomadas para reduzir as chances ou a gravidade desses riscos.

Nomeie e descreva os riscos com o transporte, aéreo e terrestre, para cada membro (ajudantes, intérpretes e motoristas, inclusive).

Nesta escala, quais as probabilidades de cada risco?

1 = Um pouco maior que as chances de o inferno congelar

5 = Honestamente, as chances são altas

10 = Certamente um desfecho esperado

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Que medidas serão tomadas para reduzir as chances e a gravidade?

Planos de Acomodação

Um alojamento seguro na locação – para você, seu pessoal e seu material bruto – é vital, embora nem sempre fácil de achar ou bancar. Leve em conta não só onde vai se instalar, mas o tempo de viagem e a potencial exposição aos riscos de viajar do lugar onde está para o lugar onde irá trabalhar. Hotéis renomados, pequenas pousadas ou o flat de um amigo, todos apresentam vantagens e desvantagens em termos de riscos e segurança. Tenha ciência desses riscos, avalie qual a melhor opção e busque maneiras de atenuar o perigo.

Exemplo: fazer amizade com os porteiros que irão reconhecer você e sua equipe ao entrar e sair de um edifício pode ajudar. Um calço na porta pode ajudar a prevenir intrusos inesperados em um quarto de hotel.

Faça o que fizer, não coloque custos à frente da segurança. Aqui segue uma checklist de ponderações a considerar sobre segurança e proteção do lugar onde você irá se alojar.

Suggested Team Discussion Points

Ainda há quaisquer questões de segurança no lugar onde você vai se alojar (por exemplo: guardas)?

Nota: o seu ponto de vulnerabilidade máxima será sempre o primeiro ponto em que o seu veículo é obrigado a parar ao se aproximar do seu alojamento.

Quem são os outros hóspedes? (por exemplo: diplomatas, outros jornalistas, turistas)?

O quão perto você está de potenciais alvos terroristas (por exemplo: embaixadas, destinos turísticos, quartéis etc.)?

De que forma o alojamento pode influenciar o seu perfil?

A entrada e a saída, em caso de emergência, são de fácil acesso?

O edifício é capaz de suportar um ataque, é necessário vedar as janelas, possui um porão?

O edifício ou a área possuem algum histórico de problemas/incidentes?

Como é a comunicação no edifício? Você consegue wifi, comida e energia elétrica a qualquer hora do dia?

4.7 Riscos Médicos

Riscos médicos podem acontecer a qualquer momento e é importante considerar todas as ameaças em potencial, tais como acesso a água potável e condições climáticas extremas, assim como doenças que podem ser contraídas em outro país ou acidentes inesperados. É importante saber como responder a isso.

Em geral, o treinamento de primeiros socorros está incluso no curso de ambientes hostis, mas se há chances de a sua equipe se deparar com riscos específicos, então é importante assegurar-se de que você está devidamente preparado para todos os cenários. Recomendamos a leitura da excelente [checklist do kit de primeiros socorros do Committee to Protect Journalists](#) para identificar os itens que levará para a filmagem.

Saúde Física

Se você depende de adrenalina autoinjetável, inaladores, medicamentos, possui alergias letais, diabetes, asma, HIV ou doenças preexistentes, vale a pena ter um exame médico assegurando que a sua saúde e a da sua equipe estão em perfeitas condições para viajar para um ambiente hostil. Avalie, honestamente, se a sua saúde ou a sua vida não estarão em perigo, em caso de ausência dos seus medicamentos. Leve em consideração que alguns trabalhos podem ser fisicamente extenuantes. Visite um médico e um dentista regularmente. Verifique se o local dispõe de algum medicamento especial que seja imprescindível para você ou se você pode levá-lo (alguns países possuem restrições severas à importação de alguns itens médicos). Se necessário, leve um atestado médico e a bula da medicação com os detalhes dos componentes ativos.

Também é importante ter um plano B de acesso aos medicamentos para você e sua equipe, caso algo aconteça (perda de bagagem, incêndio no hotel, roubo ao quarto etc.). É provável que valha a pena deixar detalhes de uma prescrição com algum colega confiável ou integrante do apoio, em uma pasta do projeto para emergências. Além disso, recomendamos a utilização de [uma lista médica](#) de preparação para cada filmagem.

Nota: Por favor, veja também o [Protocolo de Filmagem Hostil](#).

Pontos de Discussão Sugeridos:

Algun membro da equipe de locação tem treinamento de primeiros socorros? E está atualizado?

Algun membro da equipe tem alguma condição médica que precise ser levada em consideração e/ou representa um risco? Ou precisa tomar alguma medicação?

Vocês terão acesso a hospitais com padrões internacionais? Quão longe e quão difícil é o acesso a esse hospital?

Saúde Mental

Levamos a sério sua saúde mental e esperamos que faça o mesmo. O Dart Centre for Journalism & Trauma, que faz parte da Columbia School of Journalism, fez ótimos trabalhos nessa área. Eles defendem um relatório ético e minucioso sobre trauma; que os jornalistas tenham um tratamento profissional e humano com as vítimas e sobreviventes; e uma maior conscientização das empresas jornalísticas sobre o impacto na cobertura de traumas tanto para os profissionais da área, quanto para os consumidores da mídia.

Documentaristas independentes têm um risco maior porque, geralmente, ficam muito imersos em seu trabalho e por longos períodos de tempo.

Considere sempre a pressão e o estresse ao planejar as atividades profissionais: prazos de produção; escalas, turnos e regime de trabalho; viagens de ida e volta das locações; horas de trabalho. Inclua períodos suficientes de descanso, folgas e um plano de contingência para gerenciar horas de trabalho excedentes. Monitore os prazos e faça mudanças quando necessário.

Fique alerta a sinais e sintomas nos colegas, como mudanças estranhas de humor e irritabilidade, falta de concentração e memória, reações emocionais intensificadas, fadiga, dores de cabeça, pesadelos, flashes de memória de incidentes ruins do passado, isolamento social, culpabilidade do sobrevivente, impulsão a correr riscos, abuso de substâncias, depressão, ataques de pânico, mudanças de assiduidade. Exaustão e angústia emocionais podem prejudicar a produtividade e a sensatez nas tomadas de decisão. O Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TSPT, em inglês) é raro, porém pode acontecer quando esses sintomas anteriores não são resolvidos ou se tornam enraizados. Os sintomas geralmente aparecem em torno de seis meses do evento traumático e podem variar. As pessoas podem sentir depressão, ansiedade, desgosto, culpa e raiva. Podem apresentar sintomas de flashes de memória intrusivas do ocorrido e pesadelos, escapismo e desvio do acontecimento ou tornarem-se defensivas nos seus entornos.

Recue e avalie onde você e sua equipe estão em relação ao projeto, considerando salvaguardar sua saúde mental.

Pontos de Discussão Sugeridos:

Vai ajudar trazer um orientador, um entendimento sobre a prevenção, um treinamento de qualquer tipo, tanto antes quanto depois das filmagens para ajudar a ponderar quaisquer implicações psicológicas? Isso se aplica principalmente para filmagens secretas realizadas por um longo período.

Seu seguro cobre orientação psicológica? Sabe onde encontrar um terapeuta qualificado enquanto trabalha em campo? Ter alguém ao telefone para falar com você e sua equipe vai ajudar?

Alguém da equipe tem um histórico de TSPT ou corre o risco de angústia emocional extrema vir à tona com esse trabalho?

Às vezes, o trauma pode ocorrer muito depois. Você e sua equipe têm a possibilidade de ter acesso a orientação uma vez concluído oficialmente o projeto?

4.8 Seguro Produção

Assim como você adquire um seguro para viagens a lazer, é imprescindível que você obtenha um seguro de produção para seu projeto antes de dar início às filmagens. Enquanto o seguro de Erros e Omissões (E&O) cobre o que for preciso para preparar o filme para o lançamento, o seguro de produção cobre tudo o que acontece durante a realização do filme – caso algo dê errado durante a filmagem ou pós-produção. Há uma variedade de apólices por aí, então certifique-se de ler a sua apólice com cuidado e fique atento aos limites de cobertura e se elas atendem às necessidades do seu projeto. Por exemplo, o seguro de remoção médica deve ser levado em conta, caso o lugar onde esteja filmando não apresente instalações adequadas. Seguro para sequestro e resgate, apesar de caro, pode valer a pena quando a filmagem é em lugares de alto risco.

Há várias opções de seguro produção, porém pode ser caro. Cineastas independentes geralmente abdicam do seguro porque este consome muito do orçamento destinado ao desenvolvimento. Mas creditamos que financiadores devam ir em frente e arcar com o extra necessário para esse custo vital.

Há também alguns lugares no mundo onde é mais difícil (ou impossível) conseguir um seguro. Nesses casos, vale procurar um pouco mais por opções de seguro especializado, como o Seguro para Jornalistas, o seguro parceiro da Federação Internacional dos Jornalistas, que cobre as áreas de risco extremo, como Síria e Afeganistão, que alguns seguros convencionais podem não abranger. Em situações nas quais uma equipe decide viajar apesar de não ter como obter um seguro, as possíveis consequências e os planos de emergência devem ser discutidos entre todos os membros da equipe que irão viajar, informando, também, seus dependentes.

4.9 Planejamento da Comunicação

É essencial que uma equipe em uma locação de alto risco tenha algum **contato-chave** (envolvido na conclusão dessas checklists) na base, responsável por informações cruciais e confidenciais sobre a produção e a equipe.

O contato-chave deve saber onde a equipe está e como/quando podem ser acionados. Ele também deve

saber como entrar em contato com os membros da família e os financiadores do projeto cinematográfico e entender em que circunstâncias fazê-lo.

Como a comunicação é geralmente difícil nesse tipo de locação e durante as filmagens, um **plano de comunicação** claro deve determinar a frequência do contato com a equipe, o que eles devem fazer e a quem recorrer se esse contato não for feito. Para mais informações sobre a criação de um plano de comunicação, veja o modelo e a análise detalhada criados pelos amigos da [Rory Peck Trust](#).

Da mesma forma, antes de partir para uma locação hostil, cada membro deve preencher um documento de prova de vida, que se constitui de informações confidenciais que podem ser acessadas no intuito de confirmar se uma pessoa ainda está viva, em caso de sequestro, abdução ou detenção. Mesmo que haja pouco risco de sequestro, a Rory Peck Trust aconselha a criar um documento de prova de vida. [Descubra mais aqui](#).

Separadamente, você deve estabelecer um **contato-chave** que saiba suas senhas e onde seu último desejo, testamento e documentação financeira estão localizados. O contato também deve ter os números de série dos equipamentos, caso sejam roubados ou confiscados. Além disso, deve ser compartilhado o acesso a sites protegidos por senha como Basecamp.

Nota: Por favor, veja também o [Protocolo de Filmagem Hostil](#).

Meios de Comunicação

Considere aqui a disponibilidade e os riscos associados aos seus meios de comunicação: internet, celular internacional, cartão SIM local, telefone fixo, satélite. Pense com cuidado em como vai se comunicar durante o trabalho, como vai se comunicar com seu contato de segurança e qual deve ser seu meio de comunicação backup em uma emergência.

E como listado na seção Segurança Digital, por favor, certifique-se de que se há riscos, todas as formas de comunicação sejam feitas com segurança, usando mensagens criptografadas. Exemplos: Signal/WhatsApp. O ideal é que seja usado um telefone exclusivo, privado de tudo o que não for necessário para o trabalho, a fim de evitar quaisquer aplicativos que vazem informações para terceiros ou que haja compartilhamento de protocolos criptografados.

Muitos países exigem que o equipamento de filmagem ao cruzar suas fronteiras seja documentado em um ATA Carnet (um documento aduaneiro internacional e temporário de importação exportação) e vão requerer que instrumentos de comunicação como telefone por satélite sejam mencionados no documento. Isso pode chamar a atenção para o propósito da viagem e, potencialmente, aumentar os riscos de lhe pedirem suborno, o que deve ser previsto. Conselhos de outros jornalistas e especialistas em comunicação podem ser vitais na avaliação de riscos associados à comunicação, assim como adequados à sua due diligence. Veja também, na seção Segurança Digital, os recursos para ajudar a avaliar com antecedência os potenciais riscos.

Um ponto importante a salientar: a tecnologia está evoluindo, assim como as reações de cada governo ao proibirem ou exigirem acesso a diferentes plataformas. Ferramentas e aplicativos de segurança são confiáveis até sabermos que um hacker comprometeu o sistema. Portanto, ou esteja no topo das atualizações mais recentes, tanto tecnológicas quanto políticas, ou assegure-se de estar seguindo os conselhos de pessoas que estejam atualizadas.

Pontos de Discussão Sugeridos:

Quais as formas de comunicação com os contatos de segurança, fontes, colegas, entre outros?

(e-mail, celular, telefone fixo, carta, VOIP, online, compartilhamento de arquivos, telefone satélite etc.)

Alguns desses métodos pode ser comprometido ou comprometer sua segurança ou a de terceiros?

Qual o seu plano de contingência? Um telefone via satélite ou telefone temporário e novos cartões SIM são necessários?

A criptografia é legal onde você está filmando e/ou envia um sinal de alerta às autoridades?

Por exemplo, é ilegal no Paquistão e motivo de detenção na Turquia.

Você tem ATA Carnet necessário para levar equipamentos para o país?

Exemplo: telefones via satélite podem ser confiscados se não estiverem no ATA Carnet em Ruanda e em outros países que têm regulações similares.

Planos de Comunicação

Ao determinar seu contato-chave, o qual permanecerá na base, esteja certo de considerar como irá se comunicar com segurança e proteção com a equipe na locação, incluindo motoristas, freelancers e fixos. Enquanto faz sentido ter uma pessoa responsável na locação para providenciar check-ins regulares, é importante assegurar-se de que qualquer membro pode entrar em contato com o contato-chave se necessário.

Pontos de Discussão Sugeridos:

Como os membros da equipe poderão se comunicar com seu contato-chave quando estiverem na locação?

Quem é a pessoa responsável na locação e com que frequência haverá check-ins?

Recomendamos que a cada 24 horas, no mínimo. Mas talvez seja necessária uma frequência maior ou após eventos/viagens específicos. Qual o prazo de tolerância se você não fizer o check-in (o padrão é três horas depois do deadline).

As ações que devem tomar se você não fizer o check-in foram acordadas?

Ex: Ligue para a embaixada, ligue para uma fonte confiável se você perder a ligação por muitas horas ou por uma variância acordada.

Planos de Comunicação Emergenciais

É importante que seus contatos-chave saibam com quem entrar em contato em uma emergência. De acordo com os riscos listados abaixo, elabore um plano para cada eventualidade. É bom você pensar também em uma mensagem codificada para informar que há uma emergência.

Plano de Fuga de Emergência

It's also important that your key contact knows what to do if you and your team contact them in an emergency, needing external help to get out of a filming situation, be that for medical or other reasons.

Também é importante que seus contatos-chave saibam o que fazer se você e sua equipe entrarem em contato com eles em uma emergência em que seja preciso ajuda externa para sair de uma situação durante as filmagens, seja por razões médicas ou qualquer outro motivo.

Assegure-se de que eles tenham todos os detalhes em relação a seguros (e qualquer outra cobertura relevante em relação a saídas médicas de emergência, pagamentos de resgate e/ou seguro contra sequestros), a seu advogado ou com quem falar nessas situações, seja com um advogado local ou contatos diplomáticos relevantes. Para delinear como seria seu plano de fuga, pense nos cenários a seguir e junte informações adicionais de equipes de filmagem que passaram por situações semelhantes recentemente:

- + Emergência médica;
- + Prisão e detenção pelo Estado;
- + Sequestro e resgate.

Pontos de Discussão Sugeridos:

**Em quais circunstâncias as famílias dos membros da equipe devem (ou não) ser contatadas?
Vocês obtiveram os contatos corretos?**

**Em quais circunstâncias oficiais da lei e/ou a embaixada devem ser contatados?
Vocês obtiveram os contatos corretos?**

**Em quais circunstâncias uma fuga por questões de saúde deve ser feita?
Quem deve ser contatado?**

Em quais circunstâncias um advogado local deve ser contatado? Quem deve ser contatado?

**Em quais circunstâncias os patrocinadores do filme devem ser contatados para ajudar?
Os contatos e os detalhes de cada um estão à mão?**

**Quais são os planos da equipe local caso haja uma emergência?
Quem contatar se algum ajudante for preso ou se o motorista se machucar?**

Uma Panorâmica das Responsabilidades do Contato-chave

- + Manter uma comunicação segura constante com o cineasta e o produtor;
- + Monitorar a atividade local na locação todos os dias (alertas de noticiários, clima etc.);
- + Ajudar a equipe a analisar novos riscos (uma voz tranquila que está fora da situação);
- + Assegurar que o manual de emergência para cineasta e equipe esteja completo;
- + Chamar a cavalaria quando for preciso.

O Contato - Chave sempre terá uma cópia do Protocolo de Filmagem Hostil - que entre outras informações também contém:

- + Plano de comunicação de emergência
- + Plano de extração de emergência
- + Cópias dos passaportes e vistos da equipe
- + Tipo sanguíneo e informações médicas (incluindo alergias, condição médica, etc.)
- + Detalhes da apólice dos seguros (de saúde e do viajante)
- + Detalhes do voo, itinerário, horário
- + Plano de comunicação de emergência (veja abaixo)
- + Informações de contato de emergência de um parente ou parceiro próximo, em caso de sequestro, prisão ou morte;
- + Informações de contatos de advogados da produção e advogados locais;

E, separadamente,

- + perguntas sobre prova de vida.

4.10 Recursos das Locações de Alto Risco

Recursos para Ambientes Hostis

[Rory Peck Trust — Risk Assessment Forms](#)

[Dart Center for Journalism and Trauma](#)

[BBC — High Risk Guide](#)

[Rory Peck Trust — Types of Safety Training](#)

[Committee to Protect Journalists — Security Guide](#)

[Committee to Protect Journalists — Emergency Response Resource Center](#)

[Witness- Guides for covering protests](#)

[ACLU- Apps for recording police conduct](#)

[News University — Online Training course \(in partnership with the Dart Center\): Journalism and Trauma](#)

[ACOS Alliance's Freelance Journalist Safety Checklist](#)

[PEN America — Artists at Risk Connection \(ARC\)](#)

[International Media Support \(IMS\)- Safety in Journalism](#)

Recursos para Viagens de Risco

[BBC Safety App for International Travel](#)

[UK Foreign Office Advice for Travellers](#)

[The US Department of Homeland Security — Travel Alerts and Warnings](#)

Recursos para Saúde Física

[World Health Organization — International Travel and Health Overview](#)

[World Health Organization — Medical Kit List](#)

[Centers for Disease Control and Prevention — Interactive Destinations Guide](#)

Recursos Médicos

[Dart Center for Journalism and Trauma — Resources for Self Care & Peer Support](#)

[BBC — Journalism Safety Guideline to Trauma and PTSD:](#)

[Committee to Protect Journalists — Stress Reaction Guide](#)

[International Center for Journalists Journalism and Trauma Guide](#)

Recursos de Seguro

[Rory Peck Trust — Insurance Resource](#)

[Committee to Protect Journalists — Recommended List of Insurance Providers](#)

[Desktop Documentaries — Video and Film Insurance](#)

[Rory Peck Trust — Types of Coverage](#)

[International News Safety Institute — List of Providers for Insurance for Freelancers](#)

4.11 Treinamento para Locais de Alto Risco

Recursos para Cineastas

Só estamos propondo treinamentos sobre os quais ouvimos cineastas falarem bem. Queremos ouvi-lo, caso tenha feito algum treinamento para locação de alto risco que possa recomendar para seus amigos cineastas. Envie um e-mail para: contribute@safeandsecure.film

Treinamento para Ambiente Hostil

Judith Matloff, uma importante consultora do “Seguro e Protegido”, ministra este curso excelente na Columbia School of Journalism. Ele também aborda primeiros socorros, segurança digital e prevenção a abuso sexual.

[Reporting Safely in Crisis Zones — Columbia School of Journalism](#): Quatro dias. Prevenção a estupro/ estabelecendo barreira, análise de riscos, plano de contingência, primeiros socorros em campos de batalha (treinadores compartilhados com RISC), segurança digital. Ênfase na prevenção, em vez de estratégias militares. A Rory Peck oferece bolsas de estudo para freelancers qualificados.

E existem muitos outros. O feedback de cineastas que tenham feito outros cursos é muito bem-vindo.

[The Pulitzer Center Freelancer Hostile Environment Training — with ACOS \(Estados Unidos\)](#)
[Recommendations provided by Rory Peck Trust \(Reino Unido\)](#)
[Rory Peck Trust international partner organisations](#)
[Recommendations provided by Committee to Protect Journalists \(Reino Unido\)](#)

Inscreva-se para saber mais sobre oportunidades de treinamento de segurança

Inscreva-se para saber mais sobre oportunidades de treinamentos em segurança. [ACOS \(A Culture of Safety\) Alliance](#) é uma coligação sem precedentes entre empresas jornalísticas, associações de jornalistas independentes e grupos de liberdade de imprensa trabalhando juntos na luta por práticas jornalísticas responsáveis e seguras para jornalistas locais e freelancers no mundo inteiro.

[Este formulário padrão de inscrição](#) tem o objetivo de levantar um banco de dados de jornalistas freelancers à procura de treinamento em segurança. Esse formulário nos ajuda a contatar freelancers individuais quando surgirem oportunidades relevantes para o treinamento em segurança e a coordenar uma resposta às necessidades atuais em parceria com empresas jornalísticas e ONGs.

Treinamento para Primeiros Socorros

[National Safety Council](#)

[RISC Training](#) – é um curso gratuito de quatro dias. Com base em Nova York, os treinamentos rodam pelo mundo.

Superação de Trauma Emocional

[Dart Center fellowships, retreats and training](#) estão na Europa, Ásia, Nova York e outras cidades dos Estados Unidos.

Bolsas de Estudo/Fundos de Emergência

[Canadian Journalism Forum on Violence and Trauma](#)

Oferece bolsas de estudo na área de Ambientes Hostis e treinamento para trauma a jornalistas e documentaristas do Canadá.

[Rory Peck Training Fund](#)

Bolsas para freelancers que fazem trabalho internacional. É necessário ter trabalhado como freelancer com coleta de notícias e/ou casos atuais por no mínimo 18 meses. Freelancers que têm o hábito de trabalhar em ambientes hostis e os que, comprovadamente, estão prestes a iniciar um trabalho terão prioridade.

[Rory Peck Assistance Grants](#)

Donativos para jornalistas freelancers, estendidos às famílias, que se encontram em situações críticas. Inclusive, freelancers que foram ameaçados, presos, feridos, forçados a se esconderem ou se exilarem, ou mortos.

[International Women's Media Foundation – Emergency Fund](#)

Fundamos o International Women's Media Foundation, em 2013, para oferecer uma linha de apoio a mulheres jornalistas em tempos de crise.

Seção 5.

Segurança de Pessoal

Quais as Suas Responsabilidades?

Um cineasta pode ter diferentes tipos de relações com as pessoas que participam dos filmes. Elas podem ser as pessoas as quais você está investigando ou expondo suas atitudes; podem ser pessoas próximas a você, de longa data; ou fazem uma participação breve no filme, com uma única entrevista ou aparição rápida durante uma cena.

No mínimo, todos os cineastas têm obrigações legais com os participantes dos filmes, que garantam que estes sejam representados de forma justa e apropriada no documentário. Entretanto, se há participantes que se tornam vulneráveis devido às filmagens, a maior parte dos cineastas busca considerar as próprias responsabilidades éticas também (ou “dever de assistência”), que podem incluir proteção à identidade e local ou o oferecimento de ajuda prática e garantias durante o lançamento do filme e após.

Em nenhuma circunstância uma filmagem deve expô-los ao risco ou a um provável risco depois que o filme for apresentado. As consequências podem ser graves. Não só violência física ou prisão, na pior das hipóteses, mas também perda de relações familiares, perda de emprego, abuso judicial e discriminação etc.

Em todos os casos, é de responsabilidade do cineasta, no mínimo, pensar a respeito e discutir com a equipe as consequências de eles participarem do filme, principalmente se houver um ou mais participantes que queiram permanecer anônimos. Você deve, no máximo, discutir os detalhes dos riscos com o participante e, juntos, fazerem planos de contingência para essas hipóteses. Em particular, discutir uma possível quebra de anonimato.

5.1 O Que é Consentimento?

Responsabilidade extra se aplica ao participante que tenha uma vulnerabilidade especial. Idade, deficiência ou estado mental podem minar a capacidade de eles darem consentimento real à filmagem. Nessas circunstâncias, é de extrema importância conceder uma descrição clara dos objetivos e conteúdo do filme (e repetir o procedimento em encontros posteriores). Considere a inclusão de amigos e familiares do participante que possam responder por ele e garantir que todo consentimento dado sobre as participações nas filmagens será considerado “consentimento esclarecido”. Além disso, pode ser útil manter anotações atualizadas de conversas, caso sejam requeridas, na possibilidade de a filmagem ser contestada (e, potencialmente, nas circunstâncias de serem exigidas), mostrar uma edição preliminar do filme ao participante para assegurar que ele compreende a própria representação.

Geralmente, é uma boa ideia que todos que contribuíram com o filme assinem os formulários de liberação de entrevistas para indicar o consentimento legal de participação. Esses formulários serão solicitados pela seguradora de Erros e Omissões para verificar se o filme é legalmente incontestável. Você pode recorrer aos consentimentos feitos perante a câmera durante a explicação do que você estava fazendo, mas muitas seguradoras vão exigir formulários assinados. Um formulário de consentimento também pode ser muito útil quando um entrevistado alegar, tempo depois, que não deu consentimento ao projeto ou foi ludibriado.

Pontos de Discussão Sugeridos:

Você sabe o que é ‘consentimento esclarecido’? Até onde você pode estar ou está preparado para ajudar os participantes do filme depois da filmagem?

Como descreveria seu relacionamento com o(s) participante(s) neste momento? Algum deles é hostil com você ou com o filme?

Em caso positivo, veja a seção 3 deste guia, sobre Segurança Jurídica.

Há chances de os participantes serem afetados negativamente pelo filme? Se sim, por quê?

Você discutiu sobre esse risco com algum deles? S/N

Se sim, qual foi a conclusão?

Os participantes dos seus filmes, com os quais você acredita que sua equipe tem, ao menos, responsabilidade parcial, podem vir a solicitar ajuda (como realocação ou apoio judicial) e financiamento extras por causa do filme e estão, atualmente, fora do seu orçamento?

Em caso positivo, como isso pode ser administrado?

5.2 Recursos de Segurança de Pessoal

[Doc Society's Impact Field Guide – Consider Your Subjects](#)

[Committee to Protect Journalists – Organized Crime and Corruption](#)

[Center for Media and Social Impact – Honest Truths report on Documentary Ethics](#)

[BBC – Editorial Guidelines: Working With Vulnerable Contributors](#)

[Witness – Working as a Filmmaker with Survivors of Sexual Violence](#)

[UK Foreign & Commonwealth Office – International Protocol on Sexual Violence Documentation](#)

[Radio Lab – Getting the Story: Working with Victims of Conflict, Human Rights Abuses and Trauma](#)

[Dart Center – Conducting Interviews with Survivors of Sexual Violence](#)

Seção 6. Riscos das Relações Públicas

6.1 Planejamento das Relações Públicas e Gerenciamento de Crise

Por fim, nunca é tarde para começar a pensar nos riscos nas Relações Públicas. Para muitos projetos, os riscos nas Relações Públicas só serão concretizados nas premières em um festival ou outras exibições. Para alguns filmes, os conflitos de RP começam muito antes, durante ou mesmo antes das produções. Especialmente, se você está lidando com uma história controversa ou digna de notícia, tem participantes de grande importância ou se o próprio cineasta tem grande notoriedade.

Durante a produção, é válido um desenvolvimento contínuo de uma linguagem concisa sobre o filme e o conteúdo de sua narrativa e as questões que traz à tona. Isso tudo poderia ser aberto ao público e seria útil para noticiar uma futura sinopse ou sumário do filme antes do lançamento.

Entretanto, na rara circunstância de o filme ser apanhado em uma crise de RP, pode ser necessário um gerenciamento externo de crise. Se for no lançamento do filme, você talvez já tenha um apoio de RP que o ajude a navegar por essas águas. Mas se acontecer antes, no processo de filmagem, é importante conversar com o(s) produtor(es) executivo(s) ou financiadores, tão logo na preparação, para que um plano de mitigação possa, rapidamente, ser posto em prática e quaisquer questões resolvidas. Vale a pena estar preparado.

Por exemplo, “9.7” é um filme sobre fazendeiros colombianos que tiveram 70 toneladas de sementes – essencialmente, para sua subsistência – confiscadas e destruídas pelo governo colombiano. Ele passou de um filme sobre movimento popular para um fenômeno da mídia que envolveu os criadores do filme em uma batalha de RP. Uma versão curta do filme foi lançada no YouTube e depois de milhares de compartilhamentos e da atenção da imprensa, a diretora resolveu ir a público no intuito de evitar que o filme recebesse muitos contra-argumentos e estigmatização. A imagem e as palavras dela viralizaram e levaram um líder da agricultura colombiana a negar os fatos do filme e ameaçar entrar com uma ação judicial.

Pontos de Discussão Sugeridos:

Os cineastas estão confortáveis em ser a imagem pública do projeto?

Você já discutiu com os participantes a atenção que eles podem receber com o filme? Eles estão confortáveis em lidar com a imprensa?

Os participantes oferecem riscos legais ou de reputação para o projeto se falarem em público/com a imprensa?

Você já trabalhou com uma empresa de RP em um filme anterior?

Você tem alguma empresa em mente para esse filme? Eles têm experiência suficiente para suprir as necessidades do filme?

Você já trabalhou com uma empresa de comunicação para situações de crise em um projeto anterior? Acha que precisa de uma para este filme?

Dada a natureza do filme, pode haver uma batalha de RP com antagonistas? Esses antagonistas têm bons recursos no departamento de RP?

6.2 Recursos de Segurança das Relações Públicas

Guias

[Media Trust — PR Guide](#)

[International Documentary Association — What a Successful PR Strategy Can Do For Your Film](#)

Checklists

[International Documentary Association — A Pre-Production Publicity Checklist](#)

Seção 7. O Que Vem Depois?

7.1 Checklists

Esperamos que este guia não o tenha desencorajado e, sim, feito você se sentir informado e empoderado. Há duas coisas que recomendamos que você faça agora.

Preencha o Protocolo Seguro + Protegido

Faça o download e preencha o formulário com a sua equipe (estando sempre atento à maneira que você compartilha e guarda documentos confidenciais). Isso irá ajudá-lo a zerar os principais riscos para os quais você precisa se preparar na sua atual produção.

Em seguida, se necessário, siga adiante e complete o [Protocolo de Filmagem Hostil](#) inteiro.

7.2 Identifique os Treinamentos Necessários

Uma lição importante do Protocolo é a identificação de treinamentos úteis que você e sua equipe deveriam buscar.

Portanto, abaixo (e ao final de cada relevante capítulo deste manual) há uma lista de treinamentos e programas de formação com boas referências. Estamos intensamente em busca de mais recomendações de outros treinamentos que sejam adequados para cineastas documentaristas, especificamente, a preços razoáveis. Por favor, entre em contato caso tenha alguma recomendação: contribute@safeandsecure.film

Treinamento para Segurança Digital

A Freedom of Press Foundation organiza treinamentos com o IDA, entre outros, e também treinamentos personalizados com equipes. [Freedom of the Press Foundation — Training — Estados Unidos](#)

Na Europa, recomendamos: [Tactical Tech — Alemanha](#)

Treinamento Jornalístico para Cineastas

[The Investigative Reporting Program at UC Berkeley's Graduate School of Journalism — 3 Day Journalism Workshops for filmmakers \(Estados Unidos\)](#)

[Columbia School of Journalism offers a MS Documentary Program](#)

[Columbia School of Journalism — Summer Investigative Reporting Course](#)

Formação Jurídica

Faculdades de Direito, como Yale e Penn, constantemente realizam cursos de meios visuais e documentários para alunos de Direito. E Mestrados em Artes (MA) em cursos de documentário, em geral, incluem componente jurídico.

[Cardozo Law School – Indie Film Clinic](#)

O Media Law Resource Center oferece treinamentos eventuais para jornalistas: [Media Law Resource Center one day training](#)

Caso saiba de cursos de curta duração na área jurídica ou workshops para cineastas documentaristas, por favor, entre em contato.

Treinamento para Ambiente Hostil

Judith Matloff, uma importante consultora do “Seguro e Protegido”, ministra este curso excelente na Columbia School of Journalism. Ele também aborda primeiros socorros, segurança digital e prevenção a abuso sexual.

[Reporting Safely in Crisis Zones – Columbia School of Journalism](#) Quatro dias. Prevenção de estupro/ estabelecendo barreira, análise de riscos, plano de contingência, primeiros socorros em campos de batalha (treinadores compartilhados com o [RISC](#)), segurança digital. Ênfase na prevenção, em vez de estratégias militares. A Rory Peck oferece bolsas de estudo para freelancers qualificados.

E existem muitos outros. O feedback de cineastas que tenham feito outros cursos é muito bem-vindo.

[The Pulitzer Center Freelancer Hostile Environment Training – with ACOS \(Estados Unidos\)](#)
[Recommendations provided by Rory Peck Trust \(Reino Unido\)](#)

[Rory Peck Trust international partner organisations](#)

[Recommendations provided by Committee to Protect Journalists \(Reino Unido\)](#)

Inscriva-se para saber mais sobre oportunidades de treinamentos em segurança.

[ACOS \(A Culture of Safety\) Alliance](#) é uma coligação sem precedentes entre empresas jornalísticas, associações de jornalistas independentes e grupos de liberdade de imprensa trabalhando juntos na luta por práticas jornalísticas responsáveis e seguras para jornalistas locais e freelancers no mundo inteiro.

Este Formulário Padrão de Inscrição tem o objetivo de levantar um banco de dados de jornalistas freelancers à procura de treinamento em segurança. Esse formulário nos ajuda a contatar freelancers individuais quando surgirem oportunidades relevantes para o treinamento em segurança e a coordenar uma resposta às necessidades atuais em parceria com empresas jornalísticas e ONGs.

Treinamento para primeiros socorros

[National Safety Council](#)

[RISC Training](#) – é um curso gratuito de quatro dias. Com base em Nova York, os treinamentos rodam pelo mundo.

Superação de Trauma Emocional

[Dart Center fellowships, retreats and training](#) estão na Europa, Ásia, Nova York e outras cidades dos Estados Unidos.

Bolsas de Estudo/Fundos de Emergência

[Canadian Journalism Forum on Violence and Trauma](#)

Oferece bolsas de estudo em “ambientes hostis” e “treinamento em trauma” a jornalistas e documentaristas do Canadá.

[Rory Peck Training Fund](#)

Bolsas para freelancers que fazem trabalho internacional. É necessário ter trabalhado como freelancer com coleta de notícias e/ou casos atuais por no mínimo 18 meses. Freelancers que têm o hábito de trabalhar em ambientes hostis e os que, comprovadamente, estão prestes a iniciar um trabalho terão prioridade.

[Rory Peck Assistance Grants](#)

Donativos para jornalistas freelancers, estendidos às famílias, que se encontram em situações críticas. Inclusive, freelancers que foram ameaçados, presos, feridos, forçados a se esconderem ou se exilarem, ou mortos.

[International Women’s Media Foundation – Emergency Fund](#)

Fundamos o International Women’s Media Foundation, em 2013, para oferecer uma linha de apoio a mulheres jornalistas em tempos de crise.

Reconhecimentos e Créditos

A Doc Funders Network

Esta iniciativa de segurança chega até você graças a um grande grupo de patrocinadores de documentários independentes que se reuniram para tratar de questões de segurança em todas as áreas e tentar melhor atender os cineastas nos quais acreditamos.

Nesse grupo estão: **Bertha Foundation, Catapult Fund, Chicken & Egg, Chicago Media Project, Compton Foundation, Filmmaker Fund, Fledgling Fund, Ford Foundation, Hartley Film Fund, HBO, IDA, Impact Partners, ITVS, Liminal Fund, Media Impact Funders, POV, Sundance Institute, Wyncote Foundation.**

A iniciativa conta com o apoio da **Ford Foundation.**

A equipe do “Seguro e Protegido” na Doc Society é composta por **Jess Search, Jessica Edwards, Marjon Javadi, Oliver Rivers e Sandra Whipham.**

Mas confiamos nos conhecimentos dos outros...

TRAGAM OS ESPECIALISTAS

Tivemos a inspiração da excelente reportagem de 2015, **“Documentários Perigosos – Reduzindo o risco ao contar a verdade ao Poder”**, do Center for Media & Social Impact, da American University, em Washington D.C. Eles chegaram à conclusão de que os riscos de contar histórias que pessoas poderosas ou instituições não querem trazer a público não estão bem estabelecidos na comunidade de filmes documentários como estão na comunidade de jornalismo investigativo. **A professora universitária Pat Aufderheide foi a principal investigadora dessa reportagem e foi a primeira consultora a se juntar a esse projeto.**

A segunda foi a especialista em jornalismo e segurança, **professora Judith Matloff**, da Columbia School of Journalism. Judith Matloff é a pioneira em treinamento de segurança para profissionais da mídia em todo o mundo. Ela ministrou workshops na Europa, África, América Latina e nos Estados Unidos.

O jornalista, documentarista e especialista em segurança **James Brabazon** forneceu contribuições essenciais para a segunda versão do Handbook Safe + Secure e **Checklist** e **Protocolo de Filmagem Hostil** compilado.

Agradecemos muito pela contribuição e experiência de campo de cineastas inspiradores: Marilyn Ness, Kirsten Johnson, Callum Macrae, Havana Marking, Liz Mermin, Orlando Von Eisendel, Matt Heinemann, Brenda Coughlin, Rob Lemkin, Thet Sambath, Lyric Cabral, Hollie Fifer, Laura Nix, Sabaah Folayan, Nanfu Wang, Victoria Solano and Marco Cartolano.

Nossos agradecimentos aos brilhantes advogados que colaboraram como consultores. Em especial **Thomas Burke**, da empresa Wright Tremaine; **Kayvan Saghedi**, da Morrison Foerster, que veio até nós oferecer apoio aos cineastas independentes; Peter Noorlander, que foi o diretor jurídico fundador da Media Legal Defence Initiative; e **Prash Naik**, que traz ao projeto 23 anos de experiência como advogado jornalístico no Channel 4, em Londres.

Nosso respeito às diversas organizações brilhantes que têm assumido a liderança na proteção a jornalistas e encontrado soluções para novas ameaças. Preparamos este registro a partir do que há de melhor, sobretudo de fontes **como Rory Peck Trust, Freedom of the Press Foundation, Videre, Dart Center for Journalism and Trauma, International Documentary Association, Center for Media and Social Impact, Committee to Protect Journalists, Columbia Journalism Review, Tactical Technology Collective, Channel 4 e BBC**. Links para seus formulários e checklists podem ser encontrados ao longo do material. Agradecemos a todas essas empresas pelo bom trabalho.

Agradecemos também a **Peter Dale**, nosso “muso” e mentor de longa data, o qual enviou seu brilhante documentário hipotético em cenário de desastre “SHIT CREEK” no congresso da IDA Getting Real e, novamente, na Sheffield Doc Fest para lançar essa iniciativa.

E, por fim, mas não menos importante, nosso modo de pensar teve a inspiração, em parte, no livro do aclamado cirurgião e autor best-selling **Atul Gawande’s**, “The Checklist Manifesto”. Um relato inspirador e persuasivo das melhorias efetivas e surpreendentes que um modesto checklist traz a fim de fazer as coisas do modo correto. O livro faz distinção entre erros de ignorância (cometidos porque não sabemos o suficiente) e erros de incompetência (cometidos porque não fazemos bom uso do que sabemos).

Sempre haverá muita coisa que não saberemos sobre a produção de um documentário. Admiramos muito os cineastas independentes porque eles são capazes de, diante de incertezas, assumir riscos criativos, financeiros e pessoais para trazer à tona histórias que eles acreditam que devem ser contadas. Nessa jornada, vários erros de ignorância serão cometidos e não haverá maneira de evitá-los. Assim como na vida. Mas vamos trabalhar juntos, compartilhar o que sabemos e ajudar a reduzir os erros de incompetência uns dos outros.